



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS - CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

ADEMIR LUIS KINZLER

**FÉ NA FRONTEIRA: COLONIZAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ E CONSTRUÇÃO
DE UMA HEGEMONIA CATÓLICA – O CASO DE QUATRO PONTES (PR).**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2013

ADEMIR LUIS KINZLER

**FÉ NA FRONTEIRA: COLONIZAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ E CONSTRUÇÃO
DE UMA HEGEMONIA CATÓLICA – O CASO DE QUATRO PONTES (PR).**

Dissertação apresentada como requisito avaliativo para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, no Programa de Mestrado em Geografia, Área de Concentração: Espaço de Fronteira: Território e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Tarcísio Vanderlinde.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

K56f Kinzler, Ademir Luis
Fé na fronteira: colonização no oeste do paraná e constru o
de uma hegemonia católica – o caso de Quatro Pontes (PR) /
Ademir Luis Kinzler. – Marechal Cândido Rondon, 2013.
85 p.

Orientador: Prof. Dr. Tarcisio Vanderl de

Disserta o (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual
do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2013.

1. Quatro Pontes (PR) – Coloniza o. 2. Madeireira
Colonizadora Rio Paraná S.A. e a Igreja Católica. 3.
Brasil –  reas fronteiriças – Ocupa o. I. Universidade
Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 22.ed. 325.3

981.62

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

ATA



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

Programa de Pós-Graduação em Geografia - Nível de Mestrado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

Aos dois dias do mês de agosto de 2013, às 14h00min, na sala de aula da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon, reuniu-se, em sessão pública, a Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado em Geografia constituída pelos professores Dr. Tarcísio Vanderlinde (Orientador) (UNIOESTE), Dr. Edson Belo Clemente de Souza (UNIOESTE), Dr. Franq Antonio Mezzomo (FECILCAM) e Dr^a Lia Dorotéa Pfluck (UNIOESTE), para avaliarem o trabalho "*Fé na Fronteira: Colonização no Oeste do Paraná e Construção de uma Hegemonia Católica - o caso de Quatro Pontes - PR*", apresentado pelo pós-graduando **Ademir Luis Kinzler** para a obtenção do título de "Mestre em Geografia" do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. Após arguição a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO. Nada mais havendo a constar, eu Tarcísio Vanderlinde, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pelo pós-graduando avaliado.

Marechal Cândido Rondon, 2 de agosto de 2013.

Tarcísio Vanderlinde
Orientador

Edson Belo Clemente de Souza
Membro

Franq Antonio Mezzomo
Membro

Lia Dorotéa Pfluck
Membro

Ademir Luis Kinzler
Pós-Graduando

DEDICATÓRIA

A Deus, em primeiro lugar, por conceder saúde e discernimento nos momentos difíceis da pesquisa.

A minha esposa Édina e a meus filhos Luis Enrique e Ana Luisa, pelo silêncio e compreensão nas horas oportunas.

Aos meus pais Edelberto e Adélia, por todo o esforço e dedicação para que este momento se tornasse realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de maneira especial, a meu Mestre e Orientador, Professor Dr. Tarcísio Vanderlinde, pelo apoio, ombro amigo e fundamental colaboração no processo de construção desta pesquisa.

À professora Dr. Lia Dorotéa Pfluck, pelo ombro amigo durante um dos momentos mais críticos enfrentados.

À senhora Marta Salete Bendo, Secretária Municipal de Educação de Marechal Cândido Rondon, por não medir esforços no sentido de colaborar na minha liberação enquanto docente para realizar a pesquisa.

Aos amigos do Museu Willy Barth e da Biblioteca Pública de Toledo, pela receptividade e colaboração.

Às Igrejas Católica e Protestante, do Município de Quatro Pontes, pelo fornecimento dos documentos de época.

Aos depoentes, pela calorosa receptividade em seus lares.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, nível Mestrado da Unioeste, *campus* de Marechal Cândido Rondon (PR).

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	5
LISTA DE TABELAS	6
LISTA DE ABREVIATURAS	7
RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - A BUSCA POR NOVAS FRONTEIRAS	17
1.1 A REGIÃO OESTE DO PARANÁ NO CONTEXTO DA FRONTEIRA.....	17
1.2 AS ESTRATÉGIAS EMPREGADAS NA FORMAÇÃO DA FRONTEIRA.....	27
1.3 A FAZENDA BRITÂNIA.....	32
CAPÍTULO II - QUATRO PONTES: FÉ E ESPERANÇA NA COLONIZAÇÃO (1946-1970)	46
2.1 FORMAÇÃO DA COMUNIDADE DE QUATRO PONTES.....	46
2.2 A EMPRESA COLONIZADORA E A IGREJA CATÓLICA.....	55
CAPÍTULO III - MEMÓRIAS DOS MIGRANTES	62
3.1 UMA HISTÓRIA A SER (RE) CONTADA.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
FONTES ORAIS/ENTREVISTAS	75
DOCUMENTOS OFICIAIS	76
REFERÊNCIAS	77
ANEXOS	80
ANEXO I	80
ANEXO II	81
ANEXO III	82
ANEXO IV	83
ANEXO V	84
ANEXO VI	85

Figura 1 - Delimitação da Fronteira e Propaganda de Terras da Maripá em Área de Fronteira	20
Figura 2 - Microrregião Número 22	28
Figura 3 - Principais Obras no Estado do Paraná	30
Figura 4 - Fazenda Britânia	33
Figura 5 - Folder de Propaganda de Terras/Maripá.....	39
Figura 6 - Imagem do Desmatamento e Limpeza da Área (1955)	48
Figura 7 - Vista parcial da Rua São Borja.....	49
Figura 8 - Posto Shell localizado na Av. Presidente Epitácio, em Quatro Pontes	51
Figura 9 - Alunas da Primeira Escola de Quatro Pontes - 1957.....	52
Figura 10 - Alunos da Primeira Escola de Quatro Pontes - 1957.....	53
Figura 11 - Religiosas e Noviças em Quatro Pontes - 1960.....	60
Figura 12 - Primeira Igreja Católica de Quatro Pontes (1951).....	70

Tabela 1 - Origem dos colonos por local de nascimento.....	36
Tabela 2 - Distribuição Percentual da População, por Religião (2013)	56
Tabela 3 - Número de fiéis no Município de Quatro Pontes (PR) 2010.	69

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

MARIPÁ – Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar e problematizar as relações existentes entre o Estado, a Empresa Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. (Maripá) e a Igreja, no processo de nacionalização da fronteira, ocupação e colonização no atual município de Quatro Pontes – que teve início a partir da década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, sendo que a ocupação das áreas fronteiriças no Brasil foi denominada como “Marcha para Oeste”. Houve um trabalho em conjunto entre a Maripá e a Igreja Católica, visto que a igreja, apelando à formação cristã do homem ocidental, contribuiu para difundir as características edênicas do Oeste do Estado do Paraná. Tal discurso influenciou diretamente na decisão dos migrantes em ocuparem vazios demográficos nesta região, no caso, Quatro Pontes, movidos pelo discurso da fé, da esperança e da promessa de obterem melhores condições de vida. Ou seja, isto quer dizer que tal discurso, empregado estrategicamente, atendia aos interesses da igreja católica de fazer prevalecer sua religião, e da Colonizadora Maripá, de obter lucros com a venda de terras. A metodologia empregada está pautada na pesquisa bibliográfica, na pesquisa de campo, através de entrevistas e da coleta de fontes orais, assim como na utilização de mapas, imagens, livros-tombo e tabelas.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteira; Território; Colonização; Igreja Católica.

**FAITH IN THE FRONTIER: COLONIZATION IN THE WEST OF PARANA AND
CONSTRUCTION OF CATHOLIC HEGEMONY – THE CASE OF QUATRO
PONTES, PR.**

This study aims to analyze and problematize the relations between the State, the industrial enterprise “Madeira Colonizadora Rio Paraná S.A” (known as Maripá) and the church, in the process of nationalization of the border, occupation and colonization in the current municipality of Quatro Pontes – that had its beginning in the 1930’s , during the government of Getúlio Vargas, being that the occupation of the border areas in Brazil was named as "March to the West". There was a labor together between “Maripá” and the Catholic Church, as the church, appealing to Christian formation of Western man, helped to spread the paradisiacal features of the West of Paraná State. Such speech directly influenced the decision of immigrants in occupy empty demographic in this region, in this case, Quatro Pontes, moved by the speech of faith, hope and promise to obtain better living conditions. In other words, this means that such speech, used strategically, answered the interests of the Catholic Church to make its religion prevail, and the Colonization “Maripá”, profit from the sale of lands. The methodology of this study is based in bibliographic search, field research through interviews and the collection of oral sources, as well as the use of maps, pictures, registered books and tables.

KEYWORDS: Border; Territory; Colonization; Catholic Church.

INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva analisar e problematizar a expansão e a consolidação do catolicismo no processo de ocupação e colonização do atual município de Quatro Pontes, no Oeste do Estado do Paraná. O município está localizado na antiga Fazenda Britânia e estava inserido em área de fronteira. A pesquisa tem como recorte temporal meados do século XX – 1940-1960.

No período correspondente entre 1930 a 1945, o Brasil era governado pelo presidente Getúlio Vargas, que adotou uma política de integração e ocupação das áreas de fronteira. Sob este viés, com políticas de Estado voltadas à migração e à colonização de novos espaços, Getúlio Vargas, através da publicação do decreto 19.842, proibiu a permanência de estrangeiros em regiões de fronteira, como forma de reforçar a segurança nacional e de proteger os interesses econômicos na área. A política do governo getulista foi denominada “Marcha para Oeste”. Quanto à Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A (Maripá), empresa afinada com o projeto de Estado e que viabilizou a ocupação de parte da região Oeste do Paraná, pontua-se que uma de suas estratégias de colonização estava pautada em criar territórios culturalmente homogêneos. No caso do atual município de Quatro Pontes, observa-se a presença hegemônica da Igreja Católica, o que pode ser confirmado através de dados do IBGE, de entrevistas e da coleta de informações contidas nos Livros-Tombo das Igrejas Católica e Protestante daquela localidade.

Para além do interesse de ordenar a sociedade, a Igreja parece ter tido o objetivo de proporcionar um estreitamento das relações entre a empresa colonizadora e os migrantes que passaram a ocupar a fronteira. A Igreja Católica esteve presente desde os primeiros momentos da fixação do migrante, visando atender suas necessidades espirituais e mantendo presente o alento daqueles estrangeiros. Na atualidade, o catolicismo, no município quatropontense, está presente de maneira intensa, tendo-se em vista o alto índice de habitantes que segue este credo, segundo dados do censo demográfico do IBGE (2010).

Neste estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas, com destaque para Niederauer (1992), Gregory (2011), Wachowicz (1987), Oberg (1960), Deitos (2005), Maccari (1999) além de autores que já trabalharam com a temática relacionada à Igreja, ao Estado e à Colonizadora, sendo este o caso de Rosendhal (2001), Mezzomo (2002) e Vanderlinde

(2002). Também se realizou pesquisa de campo através de entrevistas com migrantes que, segundo o Livro Ata da Igreja Católica, são considerados os primeiros moradores de Quatro Pontes.

No espaço de fronteira da região Oeste do Paraná ocorreu um processo de transformação e reconstrução étnico-cultural a partir do processo de colonização. Desta maneira, a criação de núcleos populacionais católicos ou protestantes, existentes na antiga Fazenda Britânia, em área de fronteira, foi idealizada pela empresa colonizadora, afinada com a política direcionada à exploração econômica, inicialmente, da madeira e, posteriormente, da comercialização de terras. A formação sócio-espacial destes núcleos populacionais étnico-religiosos foi de fundamental importância para a consolidação efetiva da ocupação territorial, afinal, os migrantes eram direcionados pelos corretores a adquirirem terras conforme seu credo.

No primeiro capítulo, discutiu-se os conceitos de território, região e fronteira, partindo dos pressupostos teóricos de Turner (1921). O Oeste do Paraná está situado na fronteira, onde a população, que predominava até a década de 1940, era composta por estrangeiros. A presença de tais estrangeiros, cabe destacar, estava implícita à nacionalização das fronteiras, no contexto da política expansionista criada no governo getulista, bem como estava ligada aos interesses econômicos da empresa colonizadora Maripá.

Ao se deslocar para a região, especialmente Quatro Pontes, com o desejo de adquirir terras e fazê-las produzir, os elementos culturais, principalmente os identificados com a crença religiosa, contribuíram para a adaptação e, mais do que isso, para o incentivo de se construir outra vida, “longe da pátria distante”.

Para amenizar o sentimento de estranhamento causado pela migração, as empresas colonizadoras do Oeste paranaense acolhiam de forma hospitaleira os migrantes recém-chegados, realizando festejos. Com esta receptividade e com a intervenção do clero católico – através da missa, do batismo e de funerais – o discurso religioso era acionado no imaginário dos migrantes, reatualizando as esperanças que moveram os estrangeiros até o Sul da América: melhores condições econômicas e de sobrevivência. O processo de nominação será abordado mais detalhadamente no segundo capítulo.

O segundo capítulo contemplará o processo de migração e colonização em Quatro Pontes, Oeste do Paraná, que, até o início do século XX, era pouco povoado, excetuando-se as populações compostas por paraguaios, argentinos, ingleses e indígenas. Suas terras eram de propriedade da Companhia de Madeiras Del Alto Paraná – empresa britânica com sede em Buenos Aires, Argentina – que, inviabilizada a continuar suas atividades de exploração em

virtude da Primeira Guerra Mundial, e a partir da política expansionista do governo federal em direção à fronteira, optou por vender a área correspondente à Fazenda Britânia. Com a extensão de 2.748 Km² (quilômetros quadrados), a Fazenda Britânia foi adquirida pela Colonizadora Maripá na década de 1940.

De caráter nacionalista, foi desenvolvida uma política de Estado conhecida como “Marcha para o Oeste”, cujo objetivo principal foi a nacionalização das fronteiras e a (re) ocupação destas terras. O meio utilizado para povoar esta região foi a migração de pessoas de origem europeia, preferencialmente de católicos ou protestantes já residentes em terras sulistas.

Neste processo, as migrações foram facilitadas a partir da divulgação de panfletos, através da atuação de corretores com amplo conhecimento profissional e através da atuação das igrejas, principalmente a católica, que se tornou hegemônica em Quatro Pontes. Os corretores realizavam a divulgação nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, convencendo, assim, famílias de origem europeia cristã a aceitarem o desafio, uma vez que atraídas pelos baixos preços das terras e pela possibilidade de preservarem a cultura religiosa, baseada na fé e na esperança de uma vida melhor.

A difusão da fé e da esperança destas pessoas, assim como a legitimação da igreja, foram elementos primordiais para suas decisões, pois estava em curso uma desterritorialização sócio-espacial e uma nova re-territorialização em um ambiente inóspito, ainda que visto como arquétipo da “terra prometida”.

É a partir da criação deste imaginário que se consolida uma visão utópica da região. Entretanto, o migrante, ao chegar na “terra prometida”, deparou-se com uma realidade totalmente adversa àquela idealizada e, para superar as dificuldades encontradas e acreditar em dias melhores, buscou apoiar-se na religião.

Por fim, no terceiro capítulo, as discussões estão pautadas nas análises de entrevistas com migrantes de credo católico e protestante do atual município de Quatro Pontes, abordando os aspectos relacionados à sociabilidade e à vivência cotidiana na colonização. A temporalidade abordada é a partir da quarta década do século XX (1940) e o objetivo é problematizar o processo de migração, ocupação e colonização ocorrido na antiga Fazenda Britânia, atual município de Quatro Pontes. Cabe destacar a contribuição dos livros-tombo das Igrejas Católica e Evangélica de Quatro, disponibilizados ao pesquisador.

CAPÍTULO I

A BUSCA POR NOVAS FRONTEIRAS

1.1 A REGIÃO OESTE DO PARANÁ NO CONTEXTO DA FRONTEIRA

O Oeste do Paraná, inserido em região de fronteira, se configurou, até o início do século XX, como um ambiente de exploração do capital estrangeiro, além de demarcar a divisa entre três países: Brasil, Argentina e Paraguai. Assim, as discussões envolvendo a terminologia *fronteira* são densas e analisadas por autores como Gregory (2002), Mezzomo (2002), Wachowicz (1987), Niederauer (1992), Oberg (1960), Martins (1997), Myskiw (2011), Turner (1921) entre outros.

É com este propósito que se propõe criar reflexões teóricas sobre o processo de colonização e ocupação territorial do atual município de Quatro Pontes. Nesta região de fronteira, as terras do Oeste do Paraná já estavam ocupadas por indígenas e, principalmente, por estrangeiros de nacionalidade paraguaia, argentina e inglesa. Suas atividades econômicas estavam organizadas na exploração de madeira de lei e na extração da erva-mate, sem que houvesse, no entanto, a preocupação em respeitar os limites de fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, estabelecidos pela Bacia da Prata.

Um dos autores a debater esta condição de relativo abandono da fronteira é Wachowicz (2001, p. 231), o qual aponta:

a fronteira brasileira exposta à penetração estrangeira a partir da assinatura de tratados de navegabilidade envolvendo Brasil, Argentina e Paraguai. Ao Brasil fora permitida a navegabilidade entre os rios Paraná e Paraguai com o propósito de possibilitar aos brasileiros chegar à isolada província do Mato Grosso. Por outro lado, a Argentina obteve a permissão de navegar pelo rio Paraná, ou seja, da Foz do Iguaçu até as Sete Quedas.

Com esta ampliação da navegabilidade, o território que compunha a região Oeste do Paraná permaneceu exposto à penetração de estrangeiros. A consequência imediata da abertura da fronteira brasileira foi a ação de empresas argentinas, que iniciaram o contrabando da erva-mate. Este produto saía do Paraná em embarcações e era transportado sem qualquer tipo de fiscalização ou taxas alfandegárias.

Esta situação perdurou até 1888, quando o

Governo Imperial instala uma colônia militar com o intuito de fortalecer a fronteira. Denominada como ‘fronteira guarani’, o comando ficou sob o capitão Belarmino Augusto de Mendonça Lobo e, a sede das operações foi estabelecida em Guarapuava, por se tratar do núcleo populacional mais próximo (WACHOWICZ, 2001, p. 232).

Há de se ponderar que as distâncias a serem percorridas impossibilitava o controle da exploração indevida da erva-mate, tendo em vista a dimensão territorial a ser abrangida em faixa de fronteira que, atualmente, corresponde ao município de Foz do Iguaçu até o município de Guaíra. Portanto, a fronteira em questão, durante quase 50 anos, foi palco de invasões comerciais e territoriais.

Ainda segundo Wachowicz (2001, p. 243),

em Foz do Iguaçu, na década de 1920, o português era falado apenas pelos funcionários públicos. O dinheiro circulante era o peso argentino. O ‘mil réis’ era praticamente desconhecido. A própria prefeitura, o correio e a receita federal cobravam taxas e impostos em moeda argentina.

Tendo-se em vista as considerações do autor, é possível constatar que, além da violação da fronteira territorial, houve a violação da fronteira econômica e cultural na região onde se localiza Quatro Pontes – destacando-se que o sentimento de pertencimento e identidade pelo espaço habitado ainda era insípido, naquela época, em vista das condições de abandono e de invasão daquele território.

Com esta configuração da fronteira no Oeste do Paraná sem nacionalização definida,

é a partir de 1930 que o então interventor do Paraná, General Mário Tourinho, toma providências no sentido de nacionalizar a fronteira. Através da prefeitura de Foz do Iguaçu tomou as seguintes medidas: a) os documentos que entrassem na Prefeitura Municipal só seriam despachados se redigidos em português; b) os anúncios comerciais, listas de preços, avisos, só seriam permitidos se escritos em português; c) os impostos e taxas só seriam cobrados se fossem pagos em moeda brasileira (WACHOWICZ, 2001, p. 243-244).

Para este momento de ruptura imposto na fronteira a partir de 1930, as medidas adotadas podem e devem ser interpretadas como afronta ao domínio econômico e territorial argentino na fronteira. Para o Brasil, a iniciativa serviria para proteger sua territorialidade dos

avanços comerciais estrangeiros e, ao mesmo tempo, percebia a necessidade de abrigar e nacionalizar a fronteira.

A partir da constatação da fragilidade fronteiriça e do idealismo nacionalista criado durante o chamado Estado Novo, proposto pelo então presidente Getúlio Vargas (1930-1954), o Oeste do Paraná iniciou o processo de (re) ocupação territorial, denominado “Marcha para Oeste”. O discurso ideológico varguista estava voltado no sentido de convocar a população brasileira para uma missão de cunho patriota, ou seja, seu propósito era reconstruir o nacionalismo, desenvolver a economia e fortalecer o território de fronteira. Segundo Schenato (2011, p. 40), “criam-se, a partir daí, mitos como os dos desbravadores de espaços ‘selvagens’ e ‘vazios’, ou em que há somente a ‘natureza’ para ser dominada”.

Inserida neste contexto territorial de fronteira,

na década de 1941, a empresa colonizadora Maripá adquire área equivalente a 274.846 hectares de terra (2.748 km²), área esta subdividida em 11.325 colônias (24 ha cada) da Companhia Madeireira Del Alto Paraná. A área é conhecida como Fazenda Britânia. A densidade demográfica desta área era extremamente baixa, pois era esparsamente povoada por etnias de origem paraguaia, argentina, inglesa e nativa. A economia estava pautada principalmente na atividade da exploração da madeira e da erva-mate, organizada em obrages que se caracterizavam como grandes propriedades. Em momentos distintos da historiografia regional e com racionalidades diferenciadas, as populações que passaram a habitar a área de fronteira no Oeste do Paraná construíram sua territorialidade e novas culturas em um espaço de fronteira (GREGORY, 2002, p. 104).

Ainda segundo o autor, “o território, suas fronteiras e a população que o compõem têm historicidades. As histórias de lugares são histórias de movimentos, de migrações constantes, de conflitos e de transformações de espaços e paisagens” (GREGORY, 2011, p. 26).

Nos estudos realizados pelo pesquisador Leandro de Araújo Crestani, *Conflitos Agrários e Mercado de Terras nas Fronteiras do Oeste do Paraná (1843-1960)* (2012), são relevantes as análises que o mesmo faz, partindo da porosidade encontrada no espaço de fronteira. Para o autor, “a fronteira pode ser compreendida como um local que oferece ao país novas perspectivas, como crescimento econômico, soluções de problemas sociais e, principalmente, domínio do território (num sentido nacionalista)” (CRESTANI, 2012, p. 30).

A fronteira representa uma integração social, cultural e econômico que possui relações com o espaço e o território. Assim, o processo de ocupação pode ser entendido a partir de uma inter-relação, envolvendo culturas, religiosidades, costumes e políticas diferentes. Em termos gerais, a fronteira pode revelar fortes relações entre o homem, a terra e a natureza.

Um dos meios utilizados para difundir a fronteira, a partir da simbologia da Marcha para Oeste, estava centrado nas propagandas. Inicialmente, difundia-se o potencial econômico e social através de panfletos muito bem constituídos e com corretores de vasta experiência. Na sequência, os próprios migrantes passaram a fazer propaganda a partir de contatos com pessoas da própria família ou amigos. Na Figura 1, datada de 1951, se observa a delimitação da Fazenda Britânia com a fronteira.

**O maior desejo de cada Agricultor é:
que seu filho deve ter uma vida melhor.**

Por isso devem procurar comprar terra de cultura livre de MORROS, PEDRAS, FORMIGAS e rica em águas, clima saudavel, terra fértil e de fácil escoamento dos produtos.

Todos estes desejos o Senhor encontra reunidos em TOLEDO, na Fazenda Britânia no Estado do Paraná.

O título da Fazenda Britânia tem mais de 45 anos, oferecendo portanto todas as garantias de uma terra legal e que proporciona ao comprador escritura imediata.

TOLEDO com apenas 3 anos de existência, é paróquia, tem colégio de freiras com 170 alunos, médicos, hospital, farmácia, indústrias, profissionais, bom comércio e cinema.

Há na Fazenda 265 quilômetros de estradas de rodagem conservadas por patrões e tratores, oferecendo ao comprador o máximo acesso à sua colônia.

As terras são planas e são apropriadas para lavouras mecanizadas.

O mato é formado de todas as espécies de madeira de lei, que prova a fertilidade das terras. PORTO MENDES com seus grandes armazéns e moderna instalação maquinária para carregamento de navios, construídos pelo Governo Federal, está aguardando tua produção.

Os preços das terras são os seguintes: de Cr\$ 10.000,00 até Cr\$ 13.000,00 a colônia de 10 alqueires, com condições de venda 1/3 a vista, 1/3 em 6 meses e 1/3 em 12 meses, gozando o comprador para pagamento a vista um desconto de 10% ao ano pelo tempo que faltar dos vencimentos das prestações.

A passagem de Concórdia a Toledo, ida e volta custa Cr\$ 500,00; quem comprar uma colônia tem 50% de abatimento, comprando duas ou mais, tem a passagem grátis.

A passagem será devolvida ao comprador, uma vez que o mesmo pague a Colônia integralmente.

E' proprietária da Fazenda Britânia:
A Industrial Madeireira Colonisadora Rio Paraná S.A.
com sede em PORTO ALEGRE, à Rua Siqueira de Campos 1248 - Edifício Brasília - 7.º Pavio. - Sala 3
com Filial em Toledo

Para maiores informações dirijem-se ao AGENTE AUTORIZADO de
IJUÍ, SANTO ANGELO e CRUZ ALTA - sr. GUILHERME SCHMITT - Ajuricába
Na Cidade de Ijuí com o Sub-Agente sr. OSWALDO SCHMITT - Hotel Familiar
Também o Sr. Julio Kocourek, Fabricante de Alambique em IJUÍ, Avenida Cel. Dico,
está apto a prestar toda e qualquer informação, sobre viagens, condições, etc.

Procure adquirir tua colônia na Fazenda Britânia, que hoje é o paraíso dos caçadores e amanhã uma flor da Agricultura Brasileira.

14770

Figura 1 - Delimitação da Fronteira e Propaganda de Terras da Maripá em Área de Fronteira
Fonte: Museu Willy Barth, Toledo (PR).

A empresa colonizadora, por possuir vasta experiência na área de colonização e comercialização de terras, contribuiu de maneira expressiva para o sucesso do

empreendimento. Ela defendia, sobretudo, a qualidade das terras, sem morros, sem pedras, sem formigas, rica em água, clima agradável, terras férteis, planas e de fácil escoamento da produção. Na figura 1, é possível observar, também, a infraestrutura ofertada com pousos, portos e ferrovias, que são fundamentais para o escoamento da produção. Todos estes elementos eram venerados pelos migrantes sulistas, afinal, a topografia acidentada de seus Estados não se assemelhava a esta nova realidade.

Com a delimitação da fronteira na propaganda, é perceptível que a hidrografia era um elemento natural presente nesta espacialidade. Este fator era considerado por muitos uma possibilidade de escoar a produção a partir dos portos já existentes, além de contar com abundância de água. Isto nos remete a um aprofundamento sobre a importância da terminologia acerca da fronteira. Com ênfase nos estudos de época realizados pelo historiador americano Frederick Jackson Turner (1921), será possível problematizar o processo de exploração, ocupação e colonização do Oeste do Paraná. Em seus apontamentos, o autor analisa e discute a história do avanço geográfico territorial dos Estados Unidos em direção ao Oeste. A fronteira, na concepção do autor, não está resumida a demarcações geográficas, mas, está organizada de maneira ampla e complexa: trata-se de um espaço a ser explorado, conquistado, onde, a partir da influência humana sobre a natureza, forma-se uma nova sociedade e desenvolve-se a economia.

Com relação a sua complexidade, a fronteira, enquanto conceito, pode ser discutida sob diferentes maneiras, sendo uma delas a definição de uma linha ou faixa divisória entre regiões, Estados ou países. Em estudos realizados por Myskiw (2011, p.35), este conclui que, “para Turner, a peregrinação em direção à fronteira pode ser entendida como uma ligação de convergência entre o mundo selvagem e a civilização”.

O conceito de fronteira pode ser entendido, também, como um movimento que vai em direção ao novo, ao desconhecido, ao *Wilderness*, a partir da organização de frentes migratórias de expansão e colonização. Assim, a ocupação e a colonização da fronteira, segundo Turner (1921), faziam parte de um processo cadenciado e contínuo de chegada e partida de imigrantes em busca de terras, trabalho e outras oportunidades.

Para Turner (1921), a fronteira era idealizada como uma forma de progresso, de futuro e de grandes oportunidades aos desbravadores. Desta perspectiva, a fronteira representa a possibilidade de avanço a partir da ocupação territorial. Com efeito, a fronteira oportunizou melhores condições de vida às pessoas que puderam adquirir uma pequena área de terra.

Entre os diversos significados designados para representar a fronteira, Nogueira (2007) enaltece dois aspectos, sendo o primeiro com teor político e o segundo de significado

acadêmico. O autor afirma, ainda, que: “como confins, limites, margens e outras referências espaciais que se contrapõem a um centro, há uma centralidade construída a partir do domínio territorial, em sua origem, o conceito de fronteira remete ao latim ‘front’, ‘in front’ às margens” (NOGUEIRA, 2007, p. 29 apud LOPES, 2010, p.18).

Assim, ao se dirigir à fronteira, o migrante deixa, em sua terra natal, as dificuldades existentes e vai em busca de melhorar a vida de sua família. Sua principal motivação é conseguir uma área de terra e explorar as riquezas ali existentes. No entanto, tais mudanças não se operam sem dificuldades, pois, ao se estabelecer em outro território, o migrante busca se adaptar, comumente, à falta de moradia, à alimentação precária e à falta de incentivo, social e espiritual. Contudo, a despeito do conhecimento de tais adversidades, um dos motivos que contribuiu para a ocupação da fronteira foi a fragmentação de pequenas propriedades no Rio Grande do Sul, e a expectativa de se adquirir propriedades maiores que produziam em maior quantidade, gerando maior lucro. Tais situações implicaram transformações econômicas e demográficas em espaço de fronteira no Oeste paranaense.

Seguindo os apontamentos de José de Souza Martins (1997, p.13) “a fronteira pode e deve ser entendida a partir de múltiplos ângulos de análise, sendo um lugar de encontros, de esperança, de um novo tempo, mais justo e feliz, é também lugar de desencontros, dos conflitos, da intolerância, da ambição e da morte”.

Para o mesmo autor,

a fronteira é a fronteira da humanidade. Além dela está o não humano, o natural, o animal. Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e compreensivo estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano (MARTINS, 1997, p. 162-163).

Nesta perspectiva, pode-se considerar a fronteira no Oeste do Paraná, especificamente a antiga Fazenda Britânia, como resultado de um processo de legitimação do espaço geográfico, político e histórico – e que se intensificou com o projeto nacionalista implantado por Getúlio Vargas – e, também, como consequência da dominação do capitalismo através da expansão agrícola. Para Martins (1997, p. 11), “o conceito de fronteira permite mergulhar nos imaginários assim como nas vivências distantes. As discussões sobre o conceito de fronteira são muito densas, sendo indispensável pontuar o que vem a ser o termo fronteira”.

Para a política nacionalista de fronteira, o fator econômico foi fundamental, uma vez que o Estado do Paraná possuía terras férteis e representava um atrativo para a migração de colonos oriundos da região Sul do país. Assim, como o Oeste do Paraná, enquanto fronteira,

estava em expansão, esta região se tornou propícia para a formação de novas comunidades e para o desenvolvimento de novas atividades comerciais.

Na problematização acerca da teoria de Turner (1921), Melissa de Mello e Souza (2003), em sua dissertação de Mestrado, analisa os conceitos de fronteira que o autor/teórico empregou. A autora discute o ideal de Turner (1921) a partir do imaginário dos povos do Norte Europeu que colonizaram os Estados Unidos.

Com base neste imaginário, surgem diversas nomenclaturas sobre a reterritorialização do interior do continente americano - Great West, Wilderness, Frontier Experience. É a partir deste olhar imaginário do colonizador americano, que se constrói sua identidade, surgindo conceitos como Oeste e Wilderness, que refletem o paraíso, recomeço, passado e futuro. Nesta ótica, o 'Oeste' será sempre associado ao ideal - a algo a conquistar, a sonhos a realizar, em suma, à eterna busca ao futuro. Já Wilderness é a confiança no futuro, o caminho para o sonho e a busca de dias melhores, voltados a fé e a esperança. O americano via a possibilidade de apropriar-se da terra prometida, como sendo escolhido por Deus para habitar esta territorialidade (SOUZA, 2003, p. 31).

A ideia de paraíso está ligada a um sonho, ao ser humano em perfeita harmonia com a natureza que o cerca. A natureza cede os seus frutos sem luta. Não há perigos nem incertezas. Neste sentido, há uma tensão entre os conceitos de "Paraíso" e *Wilderness* em Quatro Pontes, onde a natureza se apresenta como desafiante e hostil, precisando ser trabalhada, devastada e dominada. Segundo a pesquisadora,

o termo completo Wilderness - wild doer ness - começou a ser utilizado genericamente pela influência do reformador inglês John Wycliff, que empregou a palavra em sua tradução da Bíblia, do latim para o inglês, no Século XVI. Neste contexto, Wilderness mantém a ideia de um lugar desconhecido, perigoso e hostil ao homem, desta vez associado ao deserto. Wycliff empregou Wilderness às regiões áridas e sem habitação do Oriente Médio, cenário dos Testamentos da Bíblia. Segundo a Bíblia Sagrada, mais especificamente no livro de Gênesis, aparece a dicotomia Wilderness/Paraíso - colocada como deserto *versus* sonho - na história da queda de Adão e Eva no Jardim do Éden. O termo Wilderness descreve o caminho hostil, pleno de desafios e dificuldades que está diante de Adão e Eva, em contraste com a natureza acolhedora e harmoniosa do Éden (termo hebraico para 'delícia') que foi deixado para trás. Na versão inglesa da Bíblia, na escritura de Isaías 51:3, Deus promete reabilitar as terras de Zion, tirando-as da condição de deserto (Wilderness) para torná-las férteis como no Jardim do Éden (SOUZA, 2003, p. 34).

Para a geógrafa Zeny Rosendhal (2001, p. 16),

os homens se movem de um território religioso para outro e, conseqüentemente exigem a adaptação da igreja as novas circunstâncias. A reorganização espacial de seu território ocorre de maneira diferente em cada país e em cada região, pois a ação política eclesiástica não ignora a evolução demográfica nem os modos de vida de fiéis.

A ocupação da fronteira do Oeste do Brasil foi um processo de reorganização de seu espaço a partir da comercialização de porções de terras a migrantes tidos como sulistas, na condição de estarem adquirindo um lugar próximo ao paraíso. A busca incessante por qualidade de vida e pelo paraíso faz com que a Marcha para Oeste adquirisse um viés de formação étnico religiosa, com a presença da Igreja Católica, fato este enfatizado pela Maripá em sua propaganda, conforme se observa na Figura 1.

Esta mesma correlação entre Terra Prometida, Oeste paranaense e o termo *Wilderness* podem ser confrontados e problematizados a partir do processo de migração e ocupação territorial ocorridos na fronteira. “Em muitos casos, os migrantes buscavam fugir de uma pobreza crescente, da impossibilidade de concorrência com grandes produtores, da falta de crédito, da exiguidade das terras em face da ‘libertação’ de mão-de-obra” (CRESTANI, 2012, p. 41).

As divergências existentes em relação ao conceito de fronteira são fatores importantes para problematizar os processos de desterritorialização e re-territorialização ocorridos no Oeste do Paraná, no início do século XX. A fronteira precisa ser entendida como um lócus de ocupação e transformação territorial, que acontece a partir do surgimento de um espírito desbravador por parte dos estrangeiros.

Na geografia, o conceito de território foi utilizado, inicialmente, pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904). Estudioso dos problemas humanos, Ratzel problematiza de maneira interdisciplinar – sob a perspectiva histórica e geográfica – discussões envolvendo a difusão dos povos na superfície terrestre. Para o autor,

o território é necessário para a existência do Estado, pois não seria possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras. O autor considera ainda que o espaço geográfico está submisso diretamente ao poder do estado, afinal, o progresso rumo à fronteira traria consigo a necessidade de ampliar a territorialidade (RATZEL apud MORAES, 1990, p. 73).

Para o autor, o fato de as pessoas ocuparem determinado espaço territorial ocasionaria um movimento de conquista e de apropriação. Na teoria ratzeliana, “o homem era visto como um ser da natureza que possui instintos, necessidades e aptidões. É um animal favorecido,

possuidor de uma liberdade única no reino animal. É um ser terrestre, que tem a Terra como mãe provedora” (RATZEL apud MORAES, 1990, p. 11).

Assim, é possível ponderar que, nas análises de Ratzel, a história da ocupação deveria ser vista como uma geografia em movimento. Este movimento estaria condicionado a uma nova territorialidade fronteiriça, onde a sociedade estaria efetivando o progresso e a colonização, efetivando a nacionalização da fronteira.

Nas considerações feitas pelo geógrafo Milton Santos (1985), a temporalidade da história é que define como será organizado o território. Assim, para o autor:

... o que nos interessa é o fato de que cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo (SANTOS, 1985, p. 9).

Considerado como um dos primeiros autores na problematização do conceito de território pós-fundamentação teórica da geografia política alemã, Claude Raffestin (1993) busca enfatizar, em sua teoria, o modo político de interpretar o território e compreender a importância de espaço geográfico. O território é uma reordenação do espaço, no qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem, enquanto pertencente a uma cultura. O território pode ser considerado como o espaço informado pela semiosfera. (RAFFESTIN, 1993). Ainda segundo o autor:

... é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator ‘territorializa’ o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Com base no pressuposto teórico do autor acima, é possível afirmar que a construção do território é marcada por relações de poder. Estas relações de poder podem ser observadas no processo político e econômico da Marcha para Oeste. A relação de poder exercida pelo Estado, pela Empresa Colonizadora e pela Igreja Católica fica mais visível quando são definidos os elementos humanos que irão compor e definir o território.

Para Raffestin, “o elemento humano, ao ocupar determinado espaço, passa a territorializá-lo. Desta forma, pode-se entender o território como um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas por poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Outro autor a contribuir para a discussão sobre o conceito de território é Rogério Haesbaert (2004, p. 40):

analisando o território com diferentes enfoques, elaborando uma classificação em que se verificam três vertentes básicas: a) jurídico-política, onde ‘o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter político do Estado’; b) cultural (ista), que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como um produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido; e, c) econômica, menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporada no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão ‘territorial’ do trabalho, por exemplo.

O conceito de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R), de acordo com Rogério Haesbaert (1997), foi determinado por Raffestin, que propôs definir a territorialidade como “conjunto de relações que se desenvolve no espaço-tempo dos grupos sociais” (HAESBAERT, 1997 apud SOUZA; PEDON, 2007, p. 128).

Deste modo,

se constata que a região Oeste do Paraná sofreu processo de re-territorialização, que se intensificou na década de 1950 e nas décadas subsequentes, com os primeiros migrantes e filhos destes, vindo predominantemente dos outros dois estados do sul do país, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (SCHENATO, 2011, p. 43).

A vinda deste elemento humano para a região remete à construção de um espaço de relações sociais, onde a questão sociocultural é ampliada a partir das relações de solidariedade, presentes na construção de uma nova identidade e em um novo espaço. Portanto, a transmissão dos costumes, das crenças e do folclore representou o esforço daquelas pessoas em preservarem seus traços e valores culturais, demarcando fronteiras culturais a partir da formação de grupos étnico-religiosos fechados.

O processo de re-territorialização ocorrido na fronteira, na década de 1940, acarretou, para aquele momento, uma ruptura econômica e social internacional. A política de abrigar a fronteira, imposta pelo governo Vargas, criou uma barreira para o avanço do capital estrangeiro e, ao mesmo tempo, fortaleceu a constituição de uma nova espacialidade a partir da vinda de migrantes. Assim, o elemento humano fora indispensável para o fortalecimento das estruturas político-econômicas do Oeste do Paraná e, principalmente, do atual município de Quatro Pontes.

Portanto, a fronteira no Oeste do Paraná passou a ser idealizada pela colonizadora Maripá como uma região adequada ao desenvolvimento econômico e social. A política desencadeada pelo Estado, a Colonizadora e a Igreja formava uma tríplice aliança, a qual era incumbida de divulgar/propagar as características edênicas da Fazenda Britânia.

1.2 AS ESTRATÉGIAS EMPREGADAS NA FORMAÇÃO DA FRONTEIRA

Ao problematizar o processo de ocupação do espaço geográfico de fronteira, se faz necessário destacar o discurso getulista em criar uma imagem de nação em movimento, promovendo o sentimento patriótico de se sentir brasileiro e pertencente a este país. A região correspondente à área da Fazenda Britânia encontrava-se em relativo isolamento geográfico. Suas vias terrestres eram de difícil acesso, havendo picadas e estradas pouco adequadas para o escoamento das riquezas retiradas na região. Um meio comumente utilizado era a navegação através da Bacia da Prata, acordo realizado entre Brasil e Argentina, que facilitou a entrada de estrangeiros.

Para Wachowicz (1987, p. 222), “é a partir do começo do Século XX que tiveram início grandes concessões de terras na região, pelo governo do Estado, para obras Argentinas. Sobressaíram-se as destinadas a Domingues Barth, Nunez Giboja, Empresa Mate Laranjeira e Julio Thomas Allica”.

Motivados por esta ideologia extrativista, argentinos, paraguaios e ingleses eram comumente explorados como mão-de-obra barata. Eles recebiam o nome de mensus¹ e se estabeleceram na região formando as obras². Assim, no espaço temporal que compreende o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, as atividades de exploração da madeira e da erva-mate pelas companhias estrangeiras se intensificaram na região.

A partir de 1902, se instala na região Oeste Paranaense a Companhia de Madeiras Del Alto Paraná – empresa de origem inglesa com sede em Buenos Aires (Argentina) – que adquiriu do governo do Estado do Paraná a área de terras denominada Fazenda Britânia, com área aproximada de 275 mil hectares.

¹ Mensus ou mensalistas era a mão-de-obra recrutada, especialmente do Paraguai, para ser empregada nas obras. (GREGORY, 2002).

² Obras eram extensas propriedades e/ou explorações, típicas das regiões cobertas pela mata subtropical na Argentina e no Paraguai. Seu principal objetivo era a extração da madeira e erva-mate, abundante na mata subtropical. (GREGORY, 2002).

Atualmente, esta área corresponde aos atuais municípios de Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Entre Rios do Oeste, Toledo, Mercedes, Nova Santa Rosa, Pato Bragado, parte do município de Palotina e pequena parte do município de São José das Palmeiras (PFLUCK, 2008, p.19).

O mapa representa os municípios que têm características geográficas e históricas em comum: tipo de solo, relevo, clima, vegetação e atividades produtivas.

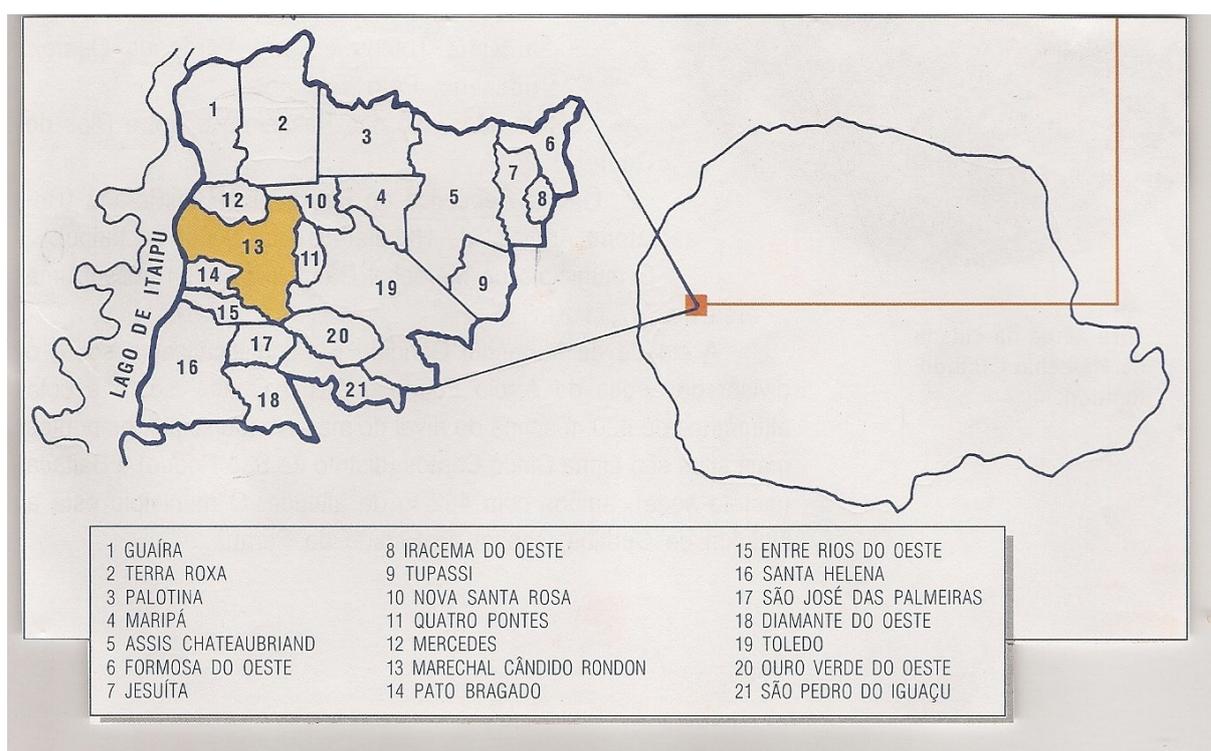


Figura 2 - Microrregião Número 22

Fonte: Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon/Secretaria Municipal de Educação (2004).

Com os mesmos objetivos das outras obras já instaladas na região, a Companhia de Madeiras Del Alto Paraná se utilizou da mão-de-obra estrangeira já existente para a exploração de madeira e erva-mate na região Oeste do Paraná. As riquezas naturais atraíram para a região empreendimentos de diversas companhias, que perduraram até por volta de 1920.

Assim,

por ocasião da passagem da Coluna Prestes em 1924 pela região Oeste do Paraná, se verificou o estado de relativo abandono nacional da faixa de fronteira, assim como a forte dominação por estrangeiros na região. Após as denúncias relatadas pelos militares sobre esta situação, tornou-se imprescindível tomar medidas que coibissem a invasão de estrangeiros e

concomitantemente, povoar a região. Assim, o governo federal, através da ‘Lei de 2/3’, Lei da Nacionalização de Fronteiras, exigiu que as companhias instaladas em regiões fronteiriças adotassem o mínimo de dois terços do quadro de seus funcionários de nacionalidade brasileira (SPERANÇA, 1992 apud GREGORY, 2002, p. 91).

É importante ressaltar que:

a passagem das tropas revolucionárias que percorreram a região de Foz do Iguaçu a Guaira, num período de aproximadamente seis meses, o início da Segunda Guerra Mundial e a nova política de nacionalizar as fronteiras foram fatores que contribuíram para a decadência das obras (MEZZOMO, 2002, p. 27).

Tendo em vista a grande permanência de estrangeiros na região, o governo federal reforçou ainda mais o abasileiramento da área de fronteira do Oeste do Paraná. Assim, o então presidente Getúlio Vargas, através do Decreto 19.842, de 12 de Dezembro de 1930, proibiu a permanência de estrangeiros em regiões de fronteira como forma de reforçar a segurança nacional. A população estrangeira que estava ocupando esta região, obrigatoriamente deveria nacionalizar-se ou retirar-se dela. Um forte indício desta obrigatoriedade de desocupar a região ou nacionalizar-se, se exemplifica com um mensalista paraguaio, Secundino Trinidad, conhecido como “Tropelito”: “Remanescente de paraguaios, mas naturalizado brasileiro, Tropelito era muito conhecido no atual município de Mercedes, onde residiu até 1989, quando veio a falecer em via pública” (GREGORY; VANDERLINDE; MYSKIW, 2004, p. 137).

Fica evidente, portanto, que as medidas adotadas pelo governo federal foram fatores condicionantes para a decadência das Companhias Estrangeiras. Com esta política getulista, não demorou a extinção da Companhia de Madeiras Del Alto Paraná, administradora da Fazenda Britânia. É na década de 1940 que um grupo de acionistas gaúchos, com vasta experiência em colonizar áreas, efetua estudos e, posteriormente, adquire a área conhecida por Fazenda Britânia, conforme se visualiza na figura 3. Trata-se da Obra 8, da Fazenda Britânia, correspondente à propriedade da Companhia Maderas del Alto Paraná, negociada, posteriormente, com a Indústria Madeireira Rio Paraná S/A: Maripá.

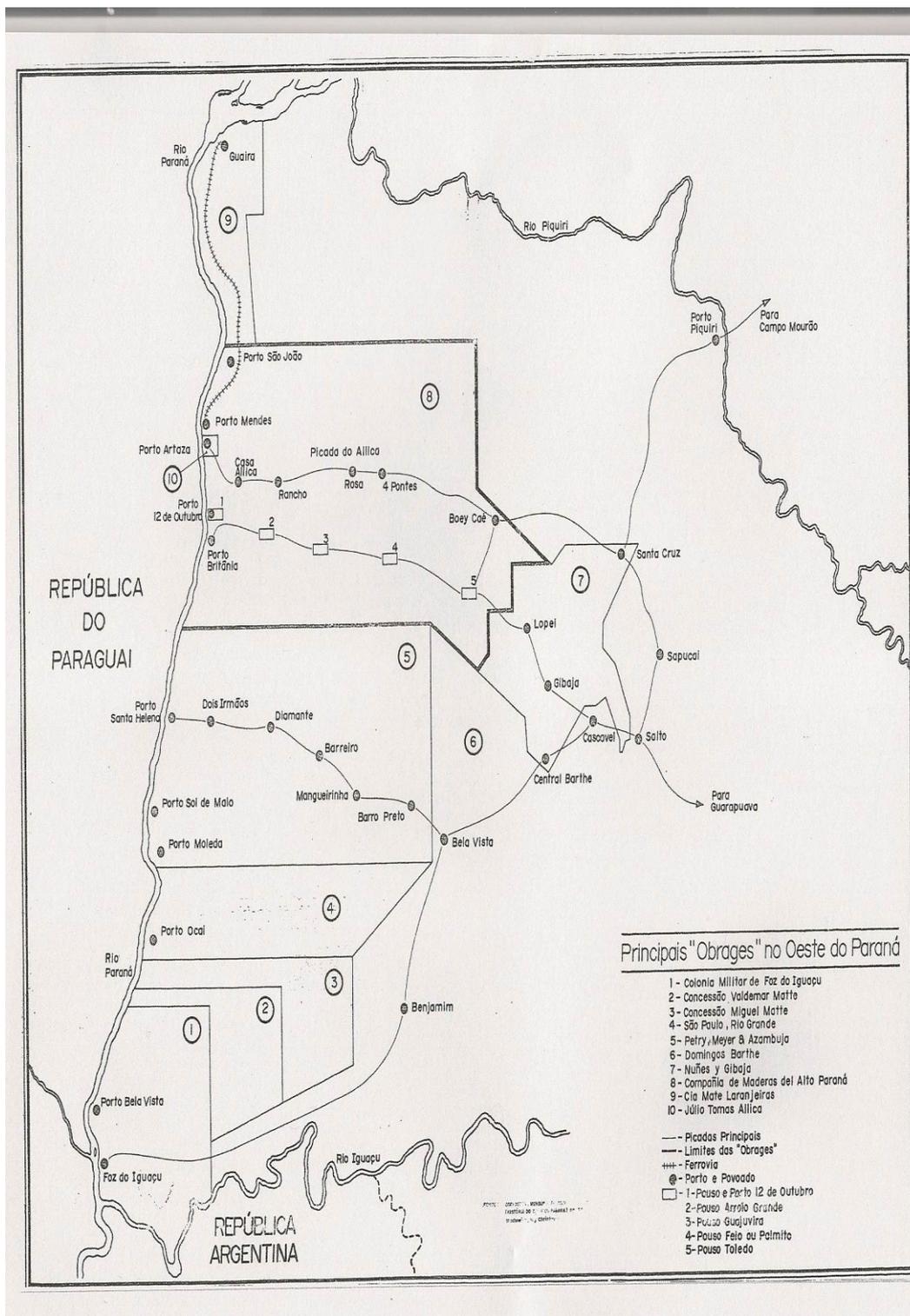


Figura 3 - Principais Obrages no Estado do Paraná

Fonte: WACHOWICZ, 1987, p. 64.

É possível visualizar a chamada picada Alica que rumava a leste, “cruzava aproximadamente onde hoje está Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Novo Sarandi, Vila Nova e logo além bifurcava. Seu ramo sul ia para Cascavel, passando pela Campina

Grande. O ramo norte, seguia rumo leste até próximo ao rio Tibagi” (NIEDERAUER, 2004, p. 110).

Com a implantação da colonização, por intermédio da Colonizadora Maripá, a Picada Alica teve a função de servir como corredor para o fluxo de migrantes oriundos da região Sul. Constata-se que a formação das pequenas vilas ocorreu de maneira estratégica, com o objetivo de utilizar os pousos remanescentes dos Ingleses para pernoite de futuros compradores, ou mesmo para pontos de apoio. As estradas e os caminhos visavam atender as necessidades internas e externas de migrantes e agentes da Maripá, afinal, havia a necessidade de escoar a produção e, ao mesmo tempo, vincular esta estrutura para futuros compradores de terras.

A ramificação das estradas, destacada por Wachowicz (1987), tinha por objetivo proporcionar ao migrante a possibilidade de ligação entre vizinhos, com a sede da colônia em Toledo e, ao mesmo tempo, propiciar acesso aos portos do Rio Paraná. Esta estruturação era fundamental para conceder ao migrante a possibilidade de deslocamento, afinal, em face das dificuldades encontradas, era para o vizinho mais próximo que se recorria.

Para Oberg (1960, p. 27), “os pontos de partida das povoações foram locais das futuras cidades, onde a Companhia estabeleceu centros residenciais, reservou áreas para parques e para repartições públicas e construiu algumas casas, lojas, igrejas, escolas, hotéis e outras necessidades primárias”.

O assistencialismo apresentado pela colonizadora aos colonos se efetivou em 1951, quando a companhia contratou um agrônomo de Curitiba e construiu um sítio experimental, no qual

o agrônomo iniciou experiências com variedades de trigo, fumo, oliveiras e árvores frutíferas, a fim de verificar quais as variedades mais adaptáveis às condições de clima e solo predominantes no município. Além disso, o agrônomo construiu alguns chiqueiros-modelos a fim de ensinar aos colonos métodos melhores de criação de porcos (OBERG, 1960, p. 40).

Este foi um dos meios adotados para convencer e, paralelamente, criar uma expectativa de progresso, demonstrando, na prática, a possibilidade rentável de produzir alimentos e angariar lucros rapidamente.

1.3 A FAZENDA BRITÂNIA

A Fazenda Britânia foi adquirida por um grupo de empresários ingleses, em 1905, onde foi fundada a Companhia de Maderas del Alto Paraná, com sede no Porto Britânia, antigas ruínas de Ontiveros³. Durante aproximadamente quatro décadas, exploraram de maneira aleatória as riquezas naturais existentes neste território. Com o idealismo getulista de nacionalizar as fronteiras, comercializaram a área, “em 16 de Setembro de 1946, com um grupo de empresários gaúchos, conforme o Registro Geral de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu. O nome ‘Britânia’ constitui uma referência ao local de origem dos empresários, no caso a Grã-Bretanha” (MEZZOMO, 2002, p. 38).

A densidade demográfica do território pode ser analisada a partir da Figura 4, o mapa de Ondy Niederauer. O autor delimita o território e faz menção aos núcleos populacionais já existentes, entre eles o de Quatro Pontes. É possível observar a área de fronteira, detalhada a partir da Represa de Itaipu, fato este que merece atenção, pois a construção da Hidrelétrica ocorreu na década de 1980, ou seja, é fato posterior à ocupação e colonização do Oeste do Paraná:

sua localização estava demarcada entre Foz do Iguaçu e Guaíra, no Oeste Paranaense, estendendo-se a aproximadamente 200 km de norte ao sul, desde a Foz do Rio Guaçu à Foz do Rio São Francisco Falso, ao longo do Rio Paraná e, tinha de Leste a Oeste 78 km de extensão (CENSO DEMOGRÁFICO DO PARANÁ, 1970 apud MEZZOMO, 2002, p. 38).

A empresa Maripá, ao adquirir a fazenda dos ingleses, direcionou suas ações em torno de um plano de colonização e de organização socioespacial. Os objetivos da colonizadora eram a extração e o beneficiamento e exportação de madeira, fator econômico este que traria bons e rápidos resultados. Posteriormente, o propósito foi comercializar as terras e fomentar a vinda de migrantes, especialmente sulistas, para projetar as lavouras e o comércio local.

³ Estes foram os primeiros núcleos estáveis de povoamento do Paraná. A região onde se estabeleceram recebeu o nome de Guairá, onde, a partir de 1610, os padres espanhóis organizaram missões ou reduções (aldeamentos de indígenas cristianizados) jesuíticas. As comunidades fundadas pelos espanhóis foram destruídas, ficando em ruínas (TOLEDO, 2009).

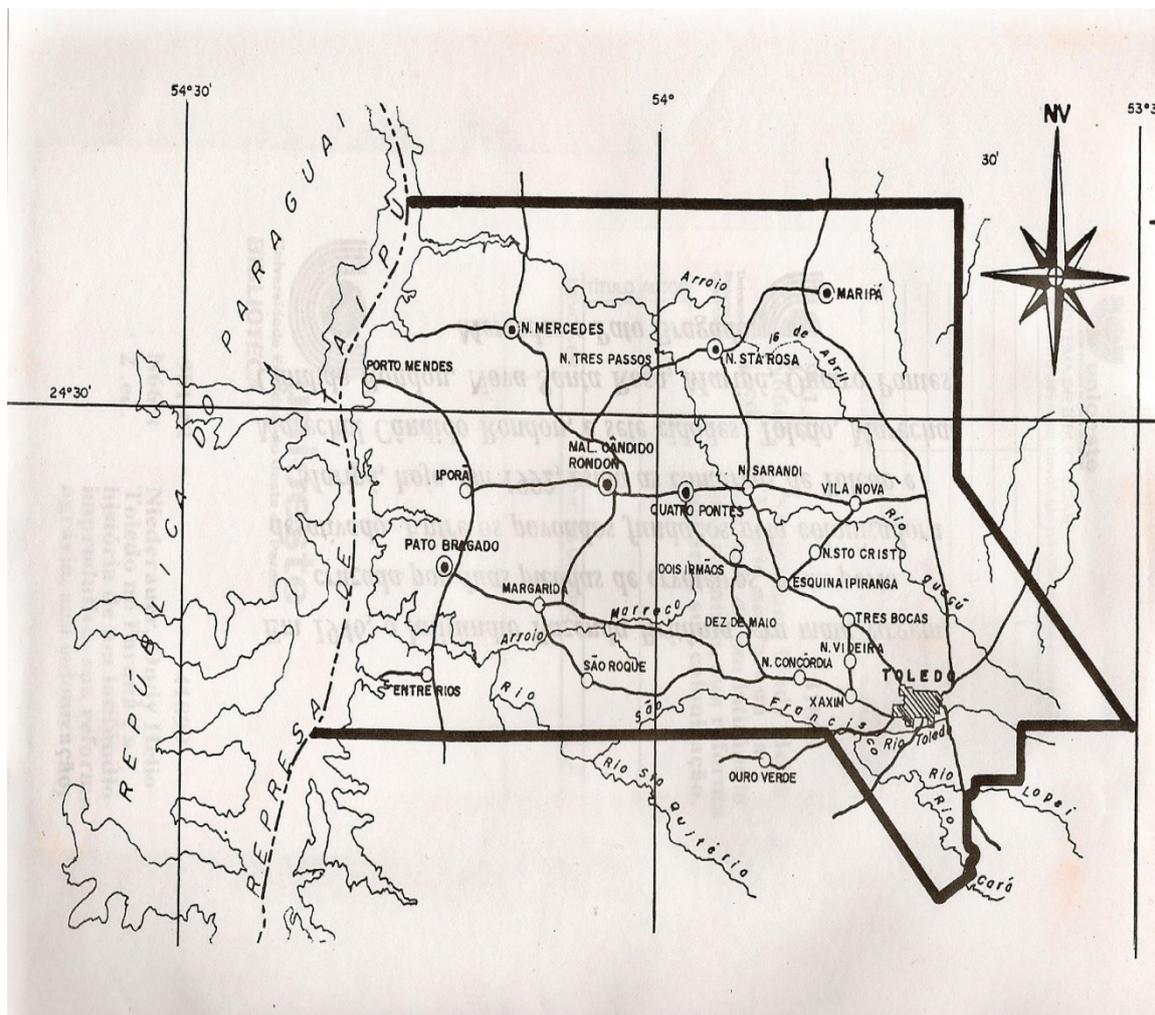


Figura 4 - Fazenda Britânia

Fonte: NIEDERAUER, 1992.

No território que compunha a antiga Fazenda Britânia, junto ao antigo Rio Paraná, o porto Mendes Gonçalves foi utilizado para o embarque de erva-mate, a qual era exportada para a Argentina, através da Companhia Matte Laranjeira. Com base em estudos de campo realizados pela empresa colonizadora, constataram-se inúmeras dificuldades em penetração nestas terras, afinal, era, ainda, expressiva a quantidade de matas. Uma das possibilidades de trafegar seria através da cidade de Cascavel. Lá seria instalada uma estrada de rodagem até o Porto Britânia, a qual seria aproveitada para a exportação de madeira e erva-mate⁴.

Segundo Gregory (2002, p.126),

⁴ O trabalho inicial foi lento, havia a necessidade de mais serrarias, tratores com lâminas, moto-niveladoras, construção de ruas, estradas e medições. Os pousos já existentes, desde o período dos Ingleses, auxiliaram de maneira expressiva na formação de novos núcleos populacionais. Destes pequenos núcleos, surgem, em sua grande maioria, novos municípios, como é o caso de Quatro Pontes.

o plano de ação da Maripá era composto por uma série de regras previamente estudadas e combinadas entre os dirigentes da empresa, dentre as quais podem ser destacadas as seguintes: a) prévia escolha dos elementos humanos para povoar a Fazenda Britânia; b) divisão das terras em glebas de mais ou menos 25 hectares, tendo como finalidade proporcionar que todo agricultor que viesse à Fazenda Britânia pudesse tornar-se proprietário da terra onde fosse cultivar; c) industrialização da região; d) auxílio aos agricultores na colocação de seus produtos nos centros consumidores.

Entre os acionistas da empresa, destacam-se: Alfredo Ruaro, Alberto Dalcanale, Julio e Leonardo Perma, Willy Barth, sendo que alguns já possuíam experiência em serviços de colonização. Os objetivos da Companhia, segundo seus estatutos, eram “a exploração, industrialização, beneficiamento e comércio de madeira; produção e industrialização da erva-mate; compra e venda de terras e colonização; agricultura e pecuária em geral; participação em qualquer ramo de indústria e comércio” (ESTATUTO DA INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A MARIPÁ – CONSTITUIÇÃO E ESTATUTO, 1946, Art. 2.º apud GREGORY, 2002, p. 125).

Isto evidencia que a preocupação inicial da empresa colonizadora era, num primeiro momento, obter lucro com a exploração da madeira:

a Maripá, no início da colonização, somente vendia terras de “mato branco”, isto é, aquelas que não possuíam pinhais ou madeiras de lei. As terras que possuíam madeiras próprias para a exportação, inicialmente, não eram loteadas, sendo deixadas para mais tarde” (WACHOWICZ, 1987, p. 177).

Observa-se que havia a possibilidade de, além de comercializar os lotes de terra aos migrantes, a empresa viabilizava a exploração das riquezas naturais, principalmente, as madeiras tidas como de lei, as quais estavam presentes em grande quantidade.

Esta atividade madeireira rendia para a Companhia um sobrelucro, gerado pela sua comercialização. Esta informação foi confirmada a partir do relato a seguir:

a empresa responsável pela colonização deu condições aos colonos interessados de parcelar o pagamento da compra de terras, pois somente com a exploração da madeira a empresa conseguiu recuperar o capital investido na compra da Fazenda Britânia (WINTER, 1994).

A Maripá desenvolveu de forma expressiva a atividade extrativa até por volta dos primeiros anos da década de 50, quando Alfredo Ruaro passou a direção da empresa para Willy Barth, quem adotou uma nova política colonizadora. Barth tinha por objetivo prioritário dinamizar a comercialização das terras e, paralelamente, desenvolver a ocupação efetiva da região através da vinda de migrantes.

Os objetivos, delimitados no novo plano idealizado por Barth, foram fatores imprescindíveis para o sucesso do empreendimento.

Optou-se pelo sistema de pequenos e longos lotes rurais, denominados ‘espinhas de peixe’, ou pequenas chácaras de aproximadamente 2,5 hectares, respeitando a topografia e a rede hidrográfica, beneficiando cada propriedade com pelo menos um curso d’água, através de sangas, lajeados, arroios ou rios (GREGORY, 2002, p. 101-102).

Com este sistema de venda de terras idealizado pela Maripá, a fronteira passou a ser re-territorializada por migrantes que almejam tornarem-se proprietários de terras, ou mesmo exercer atividades profissionais como carpinteiro, comerciante, professor, parteira, entre outras atividades. “Arquitetar e implantar essa estrutura eram uma maneira de aumentar a lucratividade da colonizadora, de promover a densa ocupação e povoamento da fronteira e de atender o anseio dos colonos” (GREGORY; VANDERLINDE; MYSKIW, 2004, p. 29).

Assim como outras empresas colonizadoras que atuaram na região Oeste do Paraná, a atuação da Maripá não esteve voltada somente à estruturação dos espaços coloniais e posterior comercialização de terras. “Ela controlava, além da extração de madeira e colonização, a atividade comercial e industrial, a assistência aos colonos na agricultura, medicina, educação, religião e o bem estar social dos colonos” (GREGORY; VANDERLINDE; MYSKIW, 2004, p. 30).

Um dos migrantes a relatar com maiores detalhes este processo é Ignácio Seimetz Sobrinho:

o preço de uma colônia era equivalente a cerca de doze contos de réis e comparando com o valor das terras do Rio Grande do Sul, a venda de um alqueire possibilitava a compra de 2,5 alqueires no Oeste do Paraná. Mesmo não possuindo todo o dinheiro, as pessoas conseguiam adquirir sua colônia, haja vista o prazo de até dois anos que a Maripá proporcionava para o pagamento. Quem pagava à vista recebia um desconto de até 10 por cento. (SOBRINHO, 2005).

Segundo a Ata da Igreja Católica de Quatro Pontes (1951), Sobrinho foi um dos primeiros entre os oito moradores da então vila de Quatro Pontes. Ele comenta que, com o desconto, seria possível custear as despesas gerais durante seis meses. Assim como este importante relato, há vários outros colonizadores que destacam as oportunidades de compra de terras na época, através do pleno incentivo de Willy Barth, diretor da Maripá. Sobrinho menciona, a partir de uma fala informal, que foram poucos os que adquiriram mais de uma colônia. Há de se destacar que o sentimento de incerteza dos migrantes se devia ao fato de a

região de Quatro Pontes ser, ainda, desconhecida para eles naquela época, o que justifica a cautela dos mesmos em relação à aquisição de eventuais dívidas.

A política adotada pela empresa tinha por objetivo concretizar seu plano de ação visando retorno financeiro para os acionistas. Por outro lado, seria necessária cautela para com a escolha do elemento humano, ou seja, o migrante. A escolha de elementos humanos para ocupar a região Oeste recebeu atenção especial por parte dos diretores da Companhia. Para tanto, a empresa não deu ênfase na divulgação de seu projeto de colonização em âmbito nacional, restringindo a divulgação para os Estados sulistas.

Esta prerrogativa pode ser confirmada com os dados existentes na Tabela 1, abaixo, resultados estes obtidos a partir de um estudo de campo realizado na Fazenda Britânia pelo antropólogo Kalervo Ober (1960). O pesquisador, com o auxílio de três entrevistadores, percorreu toda a extensão territorial durante os meses de agosto, setembro e parte de outubro de 1956. Com a intenção de coletar informações, os entrevistadores receberam instruções e um mapa detalhado da extensão territorial, além de preencherem questionários. Estes questionários foram instrumentos importantes para refletir sobre o espírito comunitário empregado na espacialidade, além de revelarem as técnicas de trabalho utilizadas, opiniões sobre os dirigentes da colonizadora e a importância da religiosidade para a comunidade. Em seu relatório final, Ober (1960) descreve a atual situação da ocupação territorial. Destas análises, foram organizadas tabelas que englobam aspectos sociais, econômicos, culturais e religiosos.

Tabela 1 - Origem dos colonos por local de nascimento

LOCAL DE NASCIMENTO	NÚMERO	PORCENTAGEM
De outras partes do Brasil		
Rio Grande do Sul	5.895	68,6
Santa Catarina	1.400	16,3
Paraná (exceto Toledo)	600	7,0
São Paulo	160	1,9
Minas Gerais	95	1,1
Paraíba	35	0,4
Bahia	30	0,4
Pernambuco	20	0,2
Mato Grosso	10	0,1

Piauí	5	0,1
De países estrangeiros		
Alemanha	245	2,8
Argentina	45	0,5
Rússia	20	0,2
Itália	15	0,2
Polônia	10	0,1
Áustria	10	0,1
TOTAL	8.595	100

Fonte: OBERG (1960, p. 49).

Fica evidente, a partir dos dados de Oberg (1960), que a empresa selecionou os migrantes de acordo com o seu pertencimento étnico-religioso. A preferência está em função da forma de trabalho familiar, a religiosidade e o anseio de realizar o sonho da família, adquirindo um pedaço de terra. Para realizar a divulgação das terras férteis nos Estados sulistas, a empresa empregou alguns mecanismos importantes. Um dos meios foi a distribuição de panfletos. Os panfletos tinham por objetivo chamar a atenção dos migrantes, preferencialmente alemães e italianos, para conhecer as terras da Fazenda Britânia, no município de Toledo. Este meio buscava frisar que, se o maior desejo de cada agricultor era proporcionar uma vida melhor para seus filhos, este objetivo seria concretizado através da compra de uma área de terras sem morros, de clima agradável, solo fértil, rica em água e com paróquias.

Outro meio empregado pelos dirigentes da Companhia para a divulgação de seu projeto foi os agentes de venda de terras (corretores), sendo estas pessoas bem conhecidas, com credibilidade, bem relacionadas e com religião definida nos seus municípios de origem. Esta estratégia proporcionou condições para formar novos núcleos coloniais homogêneos na região, sendo eles católicos ou protestantes, o que se verifica, também, atualmente, nos municípios de Nova Santa Rosa, Mercedes, Entre Rios do Oeste, Quatro Pontes e outros.

Esta divulgação tinha por objetivo reatualizar/resgatar e potencializar o discurso acerca da “terra prometida”, do paraíso na fronteira. É por isso que nos panfletos estava afirmada a garantia de terras férteis, inclusive para o plantio do café, bem como a preocupação com a religiosidade das pessoas. Em diálogo com as considerações de Baczkó

(1986) se analisa como se construiu o imaginário dos migrantes na Fazenda Britânia. Para Baczko (1986, p. 308),

o imaginário criado com a terra prometida é um dos caracteres fundamentais do fato social, é precisamente seu aspecto simbólico. Na maioria das representações coletivas, não se trata da representação única de uma coisa única, mas sim de uma representação escolhida mais ou menos arbitrariamente a fim de significar outras, de exercer um comando sobre as práticas, e é assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns.

ATENÇÃO SNRS. AGRICULTORES

Antes de efetuar suas compras de terras visitem:

TOLEDO

NA FAZENDA BRITANIA -- MUNICÍPIO DE FÓZ DO IGUASSÚ -- ESTADO DO PARANÁ

Porque devo comprar terras em TOLEDO?

- 1.º — O maior desejo de cada Agricultor é: que seu filho deve ter uma vida melhor.
- 2.º — Por isso devem procurar comprar terras de cultura livre de morros, pedras, formigas e rica em águas, clima saudável, terra fértil e de fácil escoamento dos produtos. Todos estes desejos o senhor encontra reunidos em TOLEDO na Fazenda Britania no Estado do Paraná.
- 3.º — O título da Fazenda Britania têm mais de 45 anos, oferecendo por tanto todas as garantias de uma terra legal e que proporciona ao comprador escritura imediata.
- 4.º — Porque TOLEDO hoje têm: Paróquia, Colégio de Freiras com 290 alunos, Médico, Hospital, Farmácia, Grandes casas comerciais, Hotéis, Luz e Força elétrica, Carpintaria e Marcenaria, Matadouro, uma grande olaria, Frigorífico, Padaria, Alfaiataria, Sapataria, Diversos Bares, e Churrascarias, uma grande oficina mecânica, a serviço de qualquer espécie de veículo, Moinhos para trigo e milho, Serrarias para pinho e madeiras de lei, firma organizada para um grande Moinho a cilindro para trigo.
- 5.º — Existem as seguintes madeiras: Cedro, Louro, Cangerana, Cabriuva, Guatambú, Angico, Maria Mole, Corticeiras, Ortigões e outras mais todas sintomáticas de terras férteis. Ha nos matos: Cresciunal, Laranjal, Palmitos e Taquaruçu.
- 6.º — A exportação de todos os produtos coloniais são feitos diretamente para a praça de S. Paulo, grande consumidor com fretes convenientes revertindo em benefício exclusivamente dos agricultores.
- 7.º — A Fazenda Britania proporciona aos seus agricultores uma grande via de comunicação que é o Rio Paraná, tanto para o Norte de S. Paulo como para a Argentina, todo-este navegável.
- 8.º — **Atenção agricultores muita atenção! TOLEDO tem uma grande área dedicada ao plantio de café. E' um negócio que a Companhia de Colonização está oferecendo a todos os interessados ao preço de Cr\$ XXXXXXXXXX a Colonia de dez alqueires. 30.000,00**
- 9.º — Os preços das terras são os seguintes: de Cr\$ ^{20.000,00} XXXXXXXXXX até Cr\$ ^{30.000,00} XXXXXXXXXX a colonia de 10 alqueires. Condições de venda: 1/3 a vista, 1/3 a 6 meses e 1/3 a 12 meses, gosando o comprador para pagamento a vista um desconto de 10% ao ano pelo tempo que faltar das prestações.

Proprietária da Fazenda Britania:

INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S. A.

COM SÉDE EM PORTO ALEGRE, A RUA VOLUNTÁRIO DA PÁTRIA, 333 E FILIAL EM TOLEDO

11.325 COLONIAS

Colonização começada há 3 anos e em franco progresso. Bom emprego de Capital

Agentes: Aurelio Tisslani e Natal Zibetti - Sarandi, 1.º distrito

Dispondo de Caminhonete especial para viagem direta e comoda do comprador

Sub-Agente:

Figura 5 - Folder de Propaganda de Terras/Maripá

Fonte: Acervo do Museu Histórico Willy Barth.

A procura por melhores condições de vida e de ascendência econômica, mencionada na propaganda, está em diálogo com o discurso religioso, presente na colonização. Isto porque a igreja buscou minimizar as dificuldades do dia-a-dia por meio de discursos eclesiásticos, que visavam imprimir uma perspectiva positiva ao lugar de destino. A assistência religiosa, descrita na propaganda, deve ser considerada fundamental para a trajetória do migrante, que

visualizava a oportunidade de prosperar em uma territorialidade a ser construída por ele, através do seu árduo trabalho e, principalmente, da sua fé.

Esta relação entre a igreja e a empresa era fundamental, afinal, o espírito religioso dos colonos e a influência dos padres e pastores nas comunidades de origem solicitavam que a nova colônia demonstrasse que o *Wildernees* seria, também, um ambiente onde Deus teria seu lugar. Para a Maripá, manter bom relacionamento com as igrejas católicas e protestante era a garantia de que pastores e padres divulgassem aos fiéis os benefícios da migração.

Esta forma de propagar a Fazenda Britânia como um “lugar sagrado” criou expectativas positivas no migrante. No entanto, cabe destacar que a realidade encontrada muitas vezes divergia daquilo que a propaganda prometia, uma vez que, por exemplo, as dificuldades já surgiam na chegada dos migrantes, quando ocorriam ataques de mosquitos borrachudos, fazendo com que as pessoas utilizassem vestimentas compridas ou passassem óleo queimado pelo corpo para repelir os insetos.

Mesmo ocorrendo o processo criterioso da seleção dos migrantes, as dificuldades encontradas foram muitas, forçando a empresa a buscar maneiras de facilitar os anseios dos colonizadores. Um das problemáticas era a falta de clérigos na jornada de ocupação, pois, tanto os migrantes de origem alemã, quanto os italianos possuíam fortes traços religiosos. No plano cultural e afetivo é que se evidenciava a importância da religião e das crenças em face das dificuldades a serem superadas. Ou seja, frente às adversidades concretas, era o apoio espiritual fornecido pela igreja que ajudava os migrantes a vencerem os desafios encontrados no dia-a-dia da colonização.

Afora isso, a igreja católica, também, contribuiu diretamente com as companhias colonizadoras, visto ter promovido o aceleração de processo de colonização por meio da fé dos migrantes. Por isso é que era comum o empenho das empresas em trazer clérigos para as áreas de ocupação, como o fez a Maripá.

A empresa colonizadora procurou trazer para Toledo padres e pastores, colaborando, também, na construção de templos de diversas religiões. A Maripá compreendeu muito apropriadamente, naquela época, que, numa colonização planejada e bem organizada, como foi a de Toledo, a presença da igreja era imprescindível para atrair compradores.

A Maripá se utilizou de discursos e práticas que visavam à valorização de algo que os migrantes possuíam, como uma das marcas principais de sua cultura: o trabalho. Tal empresa procurou reproduzir nas demais regiões um discurso estereotipado sobre a existência de uma terra edênica (Oeste do Paraná), na qual o povo era ordeiro e trabalhador. Ou seja, tal discurso

persuadia as pessoas de que o Oeste paranaense era o lugar ideal para se estabelecer, posto que tinha condições para garantir um futuro promissor e vantajoso.

Portanto, o que se quis mostrar é que a Colonizadora Maripá, estrategicamente, se valeu das subjetividades, princípios e crenças dos migrantes para angariá-los. E, para tanto, a empresa apelou ao discurso cristalizado no imaginário das pessoas, de um dia poderem encontrar o paraíso e terem melhores condições de vida – discurso este que provém do texto bíblico de Gênesis e que, por isso, logicamente perpassa o plano afetivo e espiritual da formação do ser humano.

O Senhor Antônio Limant, procedente do município de Criciumal, no Rio Grande do Sul, em sua entrevista relata como ficou sabendo da comercialização das terras pela colonizadora em questão:

eu fiquei sabendo assim [...] nem pelo rádio e nem pelo jornal, isso veio pessoalmente lá. Então os chefes eram tudo de Porto Alegre e em cada cidade eles iam procura alguém pra representar isto, estas terras [...] lá, em Criciumal, um comerciante se interessou. Ele tinha uma caminhoneta e foi até que achou uma caravana e veio pra cá. Aí os primeiros que se interessava já comprava terra na primeira viagem então lá né. De cada lado tinha ido uma pessoa e isso deu a propaganda. Assim foi o início, em outros lugares de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em tudo aqui em volta tinha então esses representantes (LIMANT, 1994).

Nas informações relatadas pelo depoente, é possível entender que os diretores da empresa colonizadora acordavam com os corretores de terras dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os quais organizavam grupos de compradores para conhecer a região e adquirir terras. Os primeiros a virem com caravanas e comprar suas terras, também desempenharam, de certa forma, o papel de agentes de vendas, pois, ao retornarem, relatavam aos amigos e vizinhos sobre a qualidade da terra que avistaram: terras férteis e sem morros, clima agradável e a existência de água abundante. Ou seja, tais descrições positivas influenciaram e motivaram as demais pessoas a comprarem, também, terras no Oeste paranaense.

Além dos relatos dos que vieram para conhecer o Oeste do Paraná, as fotografias, também, foram decisivas para o incentivo da migração de parentes e vizinhos dos primeiros compradores. A família Hinygert, segundo seu próprio relato, confirma que a intenção de migrar se deu pela influência de um parente.

Nóis ouvimo que aqui no Paraná tinha terra prá comprá. O irmão de minha cunhada tava aqui [...] daí troxe fotografias junto e nos contou e nos mostrou

[...] ele nos contou tudo. Como era o mato e como eram as construções da casa, mostrou tudo. Daí fomo no meu pai, meu pai tinha vindo junto quando eles vieram, então ele também contou e daí nós decidimo que também ia vim morar aqui (HINYGERT, 1994).

Dada a tática empreendedora da empresa de divulgar a região, acredita-se que houve o intento de se criar uma homogeneidade populacional no espaço de fronteira. A divulgação de terras férteis, clima agradável, ausência de formigas, a possibilidade de parcelar o valor da terra adquirida e de morar próximo de amigos, parentes e devotos do mesmo credo, motivou muitas famílias a arriscarem a migração.

Feita a escolha dos migrantes que ocupariam os vazios demográficos, a próxima tarefa dos administradores da Maripá era planejar e organizar a infraestrutura da área. Como se tratava de um local de difícil acesso, ocorreram de forma acentuada a abertura e a construção de estradas, permitindo, desta maneira, a vinda de novas caravanas de compradores, além de profissionais para realizarem os atendimentos relacionados à assistência médica/ hospitalar, religiosa, escolar e comercial.

É indiscutível a rapidez com que ocorreu o processo de ocupação e colonização da região de fronteira, para o que contribuíram: o propósito econômico, político e social da Maripá; o projeto nacionalista imposto pelo governo federal, além dos anseios dos próprios migrantes.

As revelações do estado de abandono existente na região Oeste paranaense, após a passagem da Coluna Prestes (1924), demonstrou ao Governo Federal a realidade da fronteira. Depois disso despertou-se o interesse pela colonização das terras. Dado o caráter fechado e etnocêntrico de tais grupos de migrantes que se estabeleceram na fronteira, percebeu-se a necessidade, naquele contexto de formação da identidade brasileira, incitado por Getúlio Vargas, de nacionalizá-los.

Segundo Freitag (2001, p. 39), “diante disso, a prática expansionista, verificada nos espaços fronteiros a povoar, não possui somente uma conotação geográfica. Ela foi amplamente marcada pela busca do domínio econômico e cultural desses territórios”.

A “Marcha para Oeste” representa o movimento da nação em direção à fronteira e à formação de novos núcleos populacionais, bem como a busca pela unificação política e econômica, e pelo sentimento patriótico de todos se reconhecerem como *brasileiros*. Segundo Valdir Gregory:

o argumento de ocupar vazios demográficos está vinculado ao objetivo de abrir ‘caminho’ para ser ocupado pelo contingente populacional excedente

de antigos núcleos coloniais, ocupando regiões com população nacional, neutralizando a presença de estrangeiros, resultando no abasileiramento de fronteiras geopolíticas (GREGORY, 1994, p. 75).

Na visão de Gregory (2002), é possível observar que, através da nacionalização da fronteira, o governo solucionava a problemática da divisão de territórios por conta do etnocentrismo de alguns grupos. As áreas litorâneas comportavam maior fluxo populacional, em oposição ao Oeste do país, que estava marcado por vazios demográficos. Além da questão demográfica, havia a necessidade de inserir a economia da região Oeste no contexto nacional.

Para o autor:

sob a ótica do nacionalismo, característica da política ideológica do Estado Novo, a Marcha para Oeste buscava que as fronteiras econômicas coincidisse com as fronteiras políticas. Para Vargas, um dos sentidos da brasilidade é o rumo para o oeste (GREGORY, 2002, p. 65).

A fronteira, uma vez consolidada, marca o fim e o início de um país, Estado, município ou jurisdição qualquer, mas, também, implica uma situação paradoxal, na qual ela expressa a “divisão” e o “encontro”.

É na fronteira que diferentes grupos se descobrem e convivem, permeados por interesses, projetos e ambições próprias. Contudo, a fronteira não se limita apenas a marcos físicos, torna-se uma área fluída, definida pela atuação de seus agentes, de acordo com a forma como interagem uns com os outros e com o meio (MOTTA; MACHADO, 2008 apud CRESTANI, 2012, p. 43).

A ideologia cadenciada na fronteira partia da necessidade de encontrar uma força coletiva para povoar vazios demográficos, reproduzindo na população o ideário de que, assim, estariam participando desse processo econômico.

...a Marcha compreende um movimento orientado, cadenciado, disciplinado. Ela exige fé, solidariedade, entusiasmo e tenacidade. Mas acima de tudo disciplina. A Marcha para o Oeste trabalhava uma dimensão positiva para o país - a da fraternidade e solidariedade - perfeitamente contraposta à imagem negativa da marcha ocorrida na década anterior - a da Coluna Prestes, episódio obviamente antipatriótico para os olhos do regime (LENHARO, 1986, p. 73).

Assim, em relação ao povoamento da região Oeste Paranaense,

a Coluna Prestes e a Marcha para o Oeste acabaram se encontrando, embora em temporalidades e objetivos distintos. Aos olhos do regime, a Coluna

Prestes deveria ser esquecida, e a Marcha para o Oeste, vitalizada. Diante disso, a projeção nacionalista para os territórios do Oeste do Brasil a povoar, bem como para os territórios de fronteiras internacionais, nasceram concretamente da necessidade da defesa contra os perigos visualizados, como os vazios demográficos e pela existência marcante da presença estrangeira nesses espaços (FREITAG, 2001, p. 39).

As Companhias Colonizadoras se tornaram, então, um dos instrumentos para o povoamento do Oeste Paranaense, sendo que pregavam a importância de princípios como “fé, solidariedade, entusiasmo e disciplina” (LENHARO, 1986, p. 38). Todavia, de forma subliminar ao processo de povoamento, fortificava-se o ideal católico de fazer predominar a crença católica. No caso do migrante, isto implicou o sentimento de “missão” de povoamento, para o que contribuiu a participação constante de padres, que eram considerados “profetas” pelos migrantes. Cabe destacar, desta forma, que a construção de uma igreja e a presença permanente do pároco foram fundamentais para a implantação de um projeto de colonização, principalmente no caso dos italianos. Por outro lado, para os migrantes de origem alemã havia, primeiramente, a necessidade da construção de escola e, somente em segundo plano estava a construção de igrejas.

Conforme Grondin (2007), as instituições religiosas bem como sua participação na eminência da reorganização territorial na Fazenda Britânia eram essenciais para a organização sócia espacial. O autor destaca que, desde a década de 1920, os missionários da Congregação do Verbo Divino eram os responsáveis pelo atendimento da vida religiosa dos pequenos núcleos de colonos da região Oeste e da colônia de Santa Helena, deslocando-se pelo interior do território chamado de Prelazia⁵.

Um das pessoas mais conhecidas por todos os fiéis católicos na colonização foi o padre Antônio Patuí. Pertencente à Congregação do Verbo Divino (SVD), destaca-se sua maneira autoritária de lidar na organização dos aspectos religiosos, sendo determinante na consolidação da hegemonia católica em vários núcleos populacionais, um deles o de Quatro Pontes.

⁵ De acordo com o Código de Direito Canônico da Igreja Católica, “a prelazia territorial ou a abadia territorial são uma determinada porção do povo de Deus, territorialmente delimitada, cujo cuidado, por circunstâncias especiais, é confiado a um Prelado ou Abade, que a governa como seu próprio pastor, à semelhança do Bispo diocesano.” Na terminologia anterior ao Vaticano II, denominava-se prelazia nullius, forma abreviada de prelazia nullius dioeceseos (de nenhuma diocese), mais tarde passou à denominação de “prelacias e abadias com povo próprio”. Atualmente o termo adotado é “prelacias territoriais”, distinguindo-as das prelacias pessoais. O pastor próprio das prelacias é o Prelado que, em geral, pode ser ordenado bispo e nomeado para uma só como titular em caráter temporário ou vitalício, conforme estabeleçam os estatutos próprios da prelatura ou prelazia. Os abades territoriais nunca são ordenados bispos. (CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Disponível em: < <http://www.cnbb.org.br/site/> >. Acesso em: 11 fev. 2013.

Patuí nasceu em Udine, cidade ao norte da Itália e foi ordenado padre em 29 de Outubro de 1933, tendo recebido como missão organizar no Brasil um seminário na diocese de Santa Maria, cidade de Taquaruçu, Estado do Rio Grande do Sul. Sua estadia na cidade é breve, retornando em 1938 à Verona, norte da Itália, a convite do padre Grendel, para auxiliar na fundação do seminário maior da congregação. Retorna novamente ao Brasil em 1945, fugindo do regime nazista alemão, o qual condenava veementemente (MEZZOMO, 2002, p. 96).

No seu retorno, o padre Patuí foi transferido para a prelazia de Foz do Iguaçu, atuando juntamente com Dom Manuel Konner. Para Grondin (2007, p. 164), neste espaço territorial o padre deslocava-se continuamente a cavalo ou de *jeep* para dar assistência religiosa a colonos brasileiros, paraguaios e bugres: “Para marcar melhor sua presença e sua obra, ajudou a construir uma capela em Santa Helena e tentou construir uma no núcleo de Cascavel onde, como diz em seu depoimento, a colaboração e o entusiasmo dos moradores eram escassos”.

Foi em meados do mês de abril de 1946 que Alfredo Ruaro encontrou o padre Patuí pela primeira vez em Foz do Iguaçu. Ruaro, admirado pelo esforço, pelo zelo apostólico e por seu caráter, convidou-o para conhecer Toledo e os projetos voltados à colonização da Fazenda Britânia. A atuação do religioso vinha de encontro às necessidades da empresa, afinal, a sociedade que estava se desenvolvendo necessitava de acalento espiritual, bem como suprir a falta de fé e esperança. Patuí chegou a Toledo no dia 29 de Julho de 1946 e, no dia seguinte, celebrou a primeira missa. Ele era visto por todos com muito respeito e como exemplo de dedicação e de trabalho árduo, afinal, era o único padre da Fazenda Britânia e estava à frente da organização sócio espacial das comunidades.

A ação do padre Patuí colaborou para a concretização dos objetivos do Estado e da empresa colonizadora. A formação de pequenos núcleos populacionais vinha de encontro à política getulista, isto é, a imposição do abrasileiramento da faixa de fronteira e o desenvolvimento do comércio. Em outras palavras, a motivação religiosa foi uma estratégia empregada pela Maripá para atrair novos compradores de terras. A formação de pequenas vilas, tendo como critério a religiosidade, desafiou os migrantes a colonizarem a terra, pautados na fé e na esperança de melhores condições de sobrevivência.

CAPÍTULO II

QUATRO PONTES: FÉ E ESPERANÇA NA COLONIZAÇÃO (1946-1970)

2.1 FORMAÇÃO DA COMUNIDADE DE QUATRO PONTES

O processo de ocupação e colonização do atual município de Quatro Pontes apresenta uma construção de territorialidade pautada na convergência de interesses entre empresa colonizadora e Igreja. A igreja está diretamente relacionada ao cotidiano das pessoas através da assistência espiritual, educacional e cultural. Esta aproximação existente entre entidade cristã e os fiéis auxiliou na formação de uma comunidade voltada fortemente aos princípios religiosos defendidos pelo catolicismo.

Assim, o processo de ocupação territorial ocorrido na área correspondente à Fazenda Britânia, no Oeste do Paraná, fora planejado de maneira estratégica pela empresa colonizadora Maripá. Fazia parte deste planejamento a formação de pequenos núcleos populacionais (vilas), os quais eram interligadas entre si e a Toledo, sede da colonizadora.

Ao todo foram formadas 28 vilas pela colonizadora, seguindo a ordem cronológica: em 1946 - Toledo, Porto Mendes, Porto Britânia e Porto Rio Branco; em 1949 - Dez de Maio, Cerro da Lola e Novo Sarandi; em 1950 - Vila Nova, Esquina Ipiranga, Linha São Carlos, Dois Irmãos e Nova Concórdia; em 1951 -Sede Curvado, Vila Margarida, Quatro Pontes, Novo Sobradinho e São Miguel; 1952 - Marechal Cândido Rondon, Vila Maripá, Nova Santa Rosa e Novo Três Passos; 1953 - Ouro Preto; 1954 - Pérola Independente; 1959 - Entre Rios; 1960 - São Roque; 1961 - Santa Fé; 1964 - São Luiz do Oeste e, em 1971 - Boa Vista (DEITOS, 2005, p. 13).

Esta ordem cronológica adotada pela colonizadora está de acordo com os seus interesses financeiros, ou seja, em primeiro momento o objetivo era estruturar a sua sede, no caso Toledo, para então direcionar seus esforços à fronteira. A colonizadora objetivava, com isso, controlar a navegabilidade e formar um canal de escoamento de seu principal produto, a madeira de lei. É ao longo deste carreador que as demais vilas vão surgindo, em meio à mata, com nomenclaturas que, em muitos casos, relembram as cidades e os Estados de origem dos migrantes, como foi o caso de Nova Santa Rosa, Vila Concórdia, Novo Três Passos, Dez de Maio, entre outros.

A formação da vila de Quatro Pontes teve início em 1951, quando começaram a chegar os primeiros moradores de origem alemã. A empresa construiu, inicialmente, um barracão feito em madeira, com quatro divisórias, para acomodar os futuros compradores e as famílias vindas com mudança, até que pudessem edificar sua própria moradia.

A origem da nomenclatura Quatro Pontes apresenta duas versões: a primeira versão está relacionada à denominação de “Quatro Pontos” dada pela empresa colonizadora, por se tratar de um cruzamento de quatro diferentes pontos de colonização da empresa nesta região (localidades de Dez de Maio, Porto Britânia, Maripá e Toledo). A segunda versão se refere aos depoimentos dos primeiros moradores, dando conta de que o nome foi dado na época por ingleses, tendo em vista a existência de quatro pontes. Estas pontes seriam sobre os cursos d’água Matilde Cuê, o próprio Quatro Pontes, Itá e Guaçu (DEITOS, 2005, p, 16).

O processo de ocupação territorial ocorrido em Quatro Pontes – e de maneira semelhante em toda a região correspondente à Fazenda Britânia – estava centrado, inicialmente, na “limpeza” da área, sobretudo, através da força braçal e através do auxílio de ferramentas – na sua maioria rudimentar – como enxada, foice, machado e arado de boi. Por isso, era comum encontrar o colono, nos primeiros tempos, construindo sua casa em meio à plantação de milho, mandioca e feijão.

Os troncos e galhos de árvores eram comumente utilizados para o fogão à lenha. A expansão territorial deu espaço a pequenas pastagens e à construção de galinheiros, chiqueiros e estrebarias. A modificação da paisagem criou um sentimento de identidade e a sensação de que o paraíso, com efeito, se concretizava. A imagem, a seguir, ilustra a abundância natural descrita pelos migrantes, e a necessidade da derrubada de árvores com o auxílio de serra manual – “traçadeira”⁶. Este instrumento, hoje peça de museu, era manuseado por duas pessoas, em movimentos constantes de “vai e vem”, sendo comum a participação das mulheres nesta tarefa.

⁶ Tem mais de um metro de comprimento, os dentes travados para cortar nos dois sentidos, tem dois cabos e é feita para ser usada em dupla, sendo que cada um a puxa por vez, sincronizando os movimentos e facilitando a tarefa.



Figura 6 - Imagem do Desmatamento e Limpeza da Área (1955)

Fonte: Arquivo particular de Ignácio Seimetz Sobrinho (1955).

Num primeiro momento da colonização, era praticada a policultura, ou seja, a produção estava voltada ao consumo familiar, ou mesmo para a cedência à vizinhança em forma de partilha. O gesto de partilhar o excedente era comumente mencionado nas prédicas dos representantes religiosos, pois, as inúmeras dificuldades preocupavam a todos.

Esta maneira familiar de produzir alimentos é destacada na dissertação de mestrado do pesquisador Tarcísio Vanderlinde – *Estratégias de Vida: agricultura familiar e formas associativas. Um Estudo de Caso* (2002). O autor realiza apontamentos voltados à ação associativa da agricultura familiar desenvolvida pelo CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – entidade vinculada à IECLB-Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

Assim, a agricultura familiar que se estabeleceu no Oeste do Paraná, baseada nas pequenas propriedades, constituiu, portanto, o espaço onde o colono reestabeleceu seu modo de vida. Na fase pioneira de implantação e expansão do espaço colonial, a agricultura familiar se afirmou enquanto modelo tradicional de um modo de vida, que se reproduziu vinculado à expansão da fronteira agrícola. No entanto, num segundo momento, as novas tecnologias, vinculadas ao processo de expansão capitalista, levaram ao questionamento desse modelo (VANDERLINDE, 2002).

Com a expansão territorial a partir da derrubada das matas, esta atividade deixou de ser exclusivamente de subsistência, pelo fato das terras possuírem ótima qualidade e o clima ser adequado à produção. Tais condições propiciaram o aumento da produção, gerando, desta forma, excedente de produção que começou a ser vendido ao “Empório Toledo Ltda.”, estabelecimento de propriedade da Colonizadora Maripá. Este estabelecimento comercial recebia o excedente da produção dos agricultores e o remetia a centros urbanos maiores, onde o processo de industrialização estava em crescente desenvolvimento. Desta maneira, a empresa e seus diretores, além de mercantilizarem as terras, também exerceram o papel de mediadores de produtos, obtendo absoluto controle econômico.

Na visão do migrante, a possibilidade da empresa manter um empório era importante para a economia local. Isto porque a política do processo de colonização estava direcionada ao progresso e levava em consideração a possibilidade de, com este excedente, propiciar melhor qualidade de vida às famílias, oriundas, muitas vezes, de regiões onde a possibilidade da obtenção de lucros era mínima ou inexistente⁷.



Figura 7 - Vista parcial da Rua São Borja

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Quatro Pontes.

⁷ Outra estratégia utilizada pela colonizadora foi a edificação de seu empório em frente ao hotel, mostrando que, além da organização espacial e da comercialização, a empresa estava preocupada em fomentar a economia local e fornecer condições para o seu desenvolvimento. Para os novos compradores este fato era visto como uma garantia de investimento.

De acordo com a documentação catalogada na Prefeitura Municipal de Quatro Pontes, em 1959, um grupo de empresários efetuou a compra do Empório Toledo Ltda que, a partir de então, se chamou “Cerealista Toledo Ltda.”.

Com o gradativo aumento de produção, vários integrantes da comunidade de Quatro Pontes, em contato com a nova cerealista, tornaram-se sócios, pois, para modernizar a empresa, eram necessários altos investimentos. Esta parceria criada entre agricultores e a cerealista veio, posteriormente, a fomentar o desenvolvimento econômico e social do então distrito, bem como a alavancar a diversificação no ramo, comercializando, além de cereais, produtos como suínos, materiais de construção, rações e concentrados para animais. Com o aquecimento do comércio local, deu-se, posteriormente, a instalação de um supermercado, com o nome de “Supermercado São João”, em homenagem ao pioneiro e diretor presidente do Grupo Cerealista Toledo Ltda., senhor João Anschau⁸.

No entanto, em 1976, um grupo de oito pessoas ligadas à administração local do estabelecimento decidiu desmembrar-se do quadro de sócios do grupo cerealista, criando outra empresa comercial, denominada “Cerealista Quatro Pontes Ltda.”, a qual, além de comercializar cereais, abriu novos horizontes, investindo num posto de combustível. Embora instalado de maneira rudimentar, o empreendimento já representava a independência e o progresso do local.

⁸ Prefeitura Municipal de Quatro Pontes. Primeiras Atividades Agrícolas e Comerciais. Quatro Pontes: datilografado, s/d.



Figura 8 - Posto Shell localizado na Av. Presidente Epitácio, em Quatro Pontes

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Quatro Pontes.

Contudo, por mais que o comércio quatropontense estivesse em ascensão na década de 1950, a vida dos pioneiros era difícil e os meios de transporte eram muito precários. Praticamente não havia carros ou outros meios de transporte de passageiros. Por isso, a população se locomovia a pé ou com o auxílio de carros de bois, cavalos, carroças e charretes. Esta situação veio a tomar novos rumos por volta de 1960, quando surgiram os primeiros ônibus da Empresa Lamb, com sede em Marechal Cândido Rondon. Seu itinerário ligava Marechal/Quatro Pontes/Toledo. Os carros pequenos para passeio, também, foram aparecendo com a chegada de novos moradores. Um dos primeiros moradores do distrito de Quatro Pontes, Senhor João Aloísio Konsel, era proprietário de um automóvel importado da França, com o qual prestava serviços de extrema urgência à comunidade.⁹ Posteriormente, surgiram os jipes importados, utilizados pela Empresa Maripá, mas, somente pessoas com maior poder aquisitivo puderam adquiri-los.

Além de fomentar o fator econômico, a colonizadora buscou cuidar da educação dos filhos dos migrantes, visto que foram construídas escolas, cujas áreas e materiais de construção foram doados. Para a comunidade, a escola representava um local de encontro

⁹Prefeitura Municipal de Quatro Pontes. Primeiras Atividades Agrícolas e Comerciais. Quatro Pontes: datilografado, s/d.

entre a sabedoria e o professor, profissional este que, naquela época era respeitado, embora em menores proporções que o padre, responsável por trazer notícias e informações acerca de assuntos diversos. Os métodos de aprendizagem empregados em sala de aula, considerados abusivos atualmente, não eram questionados, mas, aprovados pelos pais. Em muitos casos, na ausência do padre, era o professor quem realizava encontros religiosos e até mesmo rituais de sepultamento. O professor, cabe destacar, assim como o migrante, era selecionado a partir de seu credo apostólico.

A primeira professora contratada para atuar em Quatro Pontes foi a senhora Maria Leonilda Dillemburg Pappen. De origem gaúcha e católica, ela chegou a Quatro Pontes em 1950 com sua família. Suas atividades não se limitavam, apenas, à escola, visto que atuava, também, na igreja e na comunidade. Ela lecionou até 1956, quando foi convidada a trabalhar na vila Mercedes, para onde se transferiu. Mais tarde, vieram outros docentes para Quatro Pontes, como é o caso de Karidas Grings, Luciano Krentz e Albino Bohn.



Figura 9 - Alunas da Primeira Escola de Quatro Pontes - 1957

Fonte: Acervo Particular da Senhora Ivone Luíza Britz Burg.



Figura 10 - Alunos da Primeira Escola de Quatro Pontes - 1957

Fonte: Acervo Particular da Senhora Ivone Luíza Britz Burg.

As fotografias em destaque revelam a existência hegemônica cultural, resultado da atuação da Maripá na colonização do Oeste do Paraná. A escola, edificação rústica e simples, simboliza a cultura, o saber e o progresso em Quatro Pontes no ano de 1958. Esta mesma escola passou a pertencer à escola particular La Salle, de Toledo, tendo como professor o senhor Henrique Brod. Na década de 1960, teve início a construção do colégio de freiras, onde, atualmente, está localizado o Seminário São Cura'Dars. Neste colégio trabalhavam as irmãs do Divino Espírito Santo: Servia Maria Aparecida, Maria Aparecida e Marieláudia. Em 1º de Março de 1962, por iniciativa de alguns moradores da localidade, fundou-se a primeira sociedade escolar denominada Grupo Escolar Dona Leopoldina, a qual contava com 25 sócios. Esta escola tinha 68 alunos distribuídos em quatro séries, sob a direção do senhor Albino Bohn e sua esposa Érica Bohn¹⁰.

Resolvido o problema inicial voltado à educação, outra questão que precisava ser solucionada era a falta de um sacerdote par dar assistência religiosa, uma vez que Quatro Pontes era uma vila composta, predominantemente, por alemães católicos. As primeiras missas eram mensais e foram celebradas pelo padre Antônio Patuí, sacerdote de Toledo, ocorrendo na então residência do senhor Lauro e Hilda Heckstein, localizada nas proximidades do então Armazém da Maripá.

¹⁰ Grupo Escolar Dona Leopoldina. História do Grupo Escolar Dona Leopoldina. Quatro Pontes, 1999, p. 1. Obs: o documento foi elaborado pelos professores da referida escola. Consulta local.

Durante aproximadamente um ano, as missas ocorriam nas casas de moradores, fato este que motivou a pequena comunidade a formar uma comissão de lideranças, a qual se deslocou até a sede da prelazia, localizada em Laranjeiras do Sul, para solicitar a vinda definitiva de um sacerdote, bem como a criação de uma paróquia.

Ao retornar da prelazia, esta mesma comissão se deslocou até Toledo, sede da Colonizadora Maripá para, na pessoa de Willy Barth, ser contemplada com a doação da área correspondente a uma quadra inteira e de toda a madeira necessária para a construção da igreja, além de ter à disposição um trator esteira para realizar a destoca e terraplanagem. Por falta de mão-de-obra especializada, a construção do templo foi realizada pelos membros da comunidade e pelo padre Antônio Patuí, então vigário de Toledo. A construção foi finalizada em Abril de 1953 e, em comemoração, foi realizada uma missa, estando, na ocasião, a igreja completamente tomada pelos fiéis. Para comemorar e agradecer esta dádiva, os membros da igreja optaram por realizar a festa de Pentecostes, tendo como celebrante o padre João Werner que, vinte e dois anos mais tarde, retornaria como terceiro pároco da comunidade católica (DEITOS, 2005).

A criação da paróquia ocorreu em nove de março de 1955, por determinação de Dom Manuel Koenner, que estava à frente da prelazia de Foz do Iguaçu. Fator importante a ser ressaltado diz respeito à sede da prelazia ter sido transferida em 1946 para a cidade de Laranjeiras do Sul, então capital do Território do Iguaçu. Este documento foi registrado no Livro-Tombo da Igreja Católica de Quatro Pontes, em data de nove de novembro de 1955, da seguinte maneira: “crio e estabeleço esta à nova Paróquia de Quatro Pontes, desmembrando-a da Paróquia de Toledo a abrangendo todas as capelas ao longo da linha Vila Novas até a divisa do município de Guaíra” (LIVRO TOMBO, 1955, p. 1).

Com a formação desta nova paróquia, a comunidade, após a reza do terço no domingo pela manhã, diante da igreja, denominou-a Paróquia Nossa Senhora da Glória, em homenagem à padroeira Nossa Senhora da Glória. Este fato é relatado pela pioneira Hilda Heckstein:

depois da reza do terço de domingo de manhã, ocorreu uma reunião entre os fiéis e o Lauro, meu marido, sugeriu este nome porque no Rio Grande ele morava em uma linha chamada Glória”. “O senhor Tonelli se prontificou em comprar a estátua da imagem (HECKSTEIN, 2013).

Para exercer a função de vigário foi designado o padre Aloísio Baumeister que, após quinze anos de trabalhos missionários realizados na China, fora expulso pelo regime

comunista. Sua posse ocorreu com a assistência do padre Bernardo Wolters, vice-provincial de São Paulo, dos Missionários do Verbo Divino e do vigário de Toledo, padre Antonio Patuí.

Com a criação da paróquia Nossa Senhora da Glória e com a posse do novo vigário, além do atendimento aos fiéis de Quatro Pontes, houve a necessidade de abranger as comunidades de Mercedes Velha (hoje distrito de Novo Horizonte), Mercedes, Novo Três Passos, Vila Maripá, Vila Nova, Novo Sarandi, Dois Irmãos, Marechal Cândido Rondon, Curvado, Nova Santa Rosa, Alto Santa Fé e Iporã (hoje distrito denominado de Iguaporã) (LIVRO TOMBO, 1955, p. 6).

Durante um período de onze anos e cinco meses de trabalhos em prol da comunidade católica, o padre Aloísio Baumeister conseguiu cativar seus fiéis a ponto de ser venerado como representante de Deus na Terra. Ele deixou marcas consideráveis que são costumeiramente lembradas pelos primeiros moradores da então vila de Quatro Pontes. Entre seus trabalhos missionários, destacam-se a criação do Apostolado da Oração e o fortalecimento de atividades voltadas ao estímulo de vocações sacerdotais. Com relação às vocações sacerdotais, um fato considerado por muitos como motivo de orgulho foi a ordenação do diácono Odilo Pedro Scherer, em sete de Dezembro de 1976, na Igreja Matriz. Scherer, atualmente, é cardeal na cidade de São Paulo e, recentemente, participou do conclave no vaticano, sendo cotado como um dos favoritos a suceder o Papa Bento XVI.

2.2 A EMPRESA COLONIZADORA E A IGREJA CATÓLICA

A atuação da Igreja Católica foi imprescindível para se pensar a formação do atual município de Quatro Pontes, sendo o pároco fundamental na comunicação entre igreja, enquanto instituição, e a sociedade de modo geral.

Esta afirmação pode ser confirmada com os apontamentos de Colodel (1988):

a ausência religiosa colocou em risco o processo de colonização empreendida pela colonizadora Espéria, que havia adquirido uma porção de terras na região de Santa Helena, pouco mais de 100 km de Toledo, beirando o fracasso na ocasião que seus dirigentes haviam se comprometido em providenciar assistência religiosa, negando-se a fazê-la a partir de 1932 e provocando uma diminuição considerável no fluxo de migrantes. A existência da capela representava, além de seu aspecto físico, o centro social da comunidade, um local de tomada de decisões, de reuniões, de festa, um espaço onde os colonos trocavam experiências e vivências, rememoram o

passado, enfim, se aproximavam culturalmente (COLODEL, 1988, p. 246 apud MEZZOMO, 2002, p. 87).

O fato de a capela ser considerada como um lugar simbólico está vinculado a uma formação identitária. Para Rosendahl (2001, p. 10), “a paróquia representa também, para seus paroquianos, um lugar simbólico, onde cada habitante se insere sem grandes questionamentos e, na maioria dos casos, desenvolve uma forte identidade religiosa com o lugar”.

A religiosidade, presente de maneira expressiva, molda o homem a partir de sua crença e fé. Esses dogmas são elementos pragmáticos na consolidação de uma territorialidade em plena construção, sendo indispensável à organização sócio-espacial para que sejam contempladas as expectativas em torno da colonização e da hegemonia em Quatro Pontes.

A empresa Maripá, sob o comando de Alfredo Ruaro,

organiza a escolha do elemento humano basicamente observando seu credo apostólico, ou seja, se dava ênfase em comercializar terras a alemães ou italianos católicos. Um dos fatores que ocasionou esta procedência étnica e religiosa estava pautado na própria procedência religiosa dos acionistas da Maripá (WACHOWICZ, 1987, p. 178).

Para Oberg (1960, p. 104), “os aspectos religiosos da pesquisa apresentaram o mesmo vigor que os aspectos econômicos e sociais. Os padres e os pastores tomam parte ativa nos afazeres sociais, são personagens importantes e venerados pelos fiéis”. Esta questão pode ser analisada a partir da composição religiosa descrita na tabela abaixo, cujos resultados revelam o maior índice de católicos em toda a região. A presença significativa de católicos é fruto de uma política adotada pela empresa Maripá – como já se destacou – que objetivou construir territórios homogêneos para católicos ou protestantes. É possível indagar a presença, mesmo que de maneira minoritária, de pessoas sem crença definida ou crenças até então pouco conhecidas, como é o caso dos espíritas e metodistas.

Tabela 2 - Distribuição Percentual da População, por Religião (2013)

RELIGIÃO	N.º	%
Católicos	5.840	58,73
Protestantes: Luteranos	3.705	37,26
Batistas	260	2,61
Metodistas	5	0,05
Seitas não especificadas	115	1,15

Espiritualistas	5	0,05
Não sabem	15	0,15
TOTAL	9.945	100

FONTE: OBERG, 1960, p. 106. Adaptado por Ademir Luis Kinzler.

Esta política étnico-cultural-religiosa, destacada na Tabela 2 e adotada pela empresa colonizadora, em afinidade com a igreja, provocou o surgimento de diversos núcleos populacionais, pautados na nomização. Esta ideologia está inserida nas concepções do sociólogo e teólogo luterano Peter Berger. Para o autor, é uma forma de ordenar significativamente as experiências particulares dos indivíduos componentes de um grupo social. O principal papel da sociedade é a nomização do indivíduo, ou seja, a integração do indivíduo à sociedade e à ordem estabelecida.

O homem precisa ocultar a si mesmo o carácter construído da ordem social para que ele possa se reproduzir como ordem, evitando a anomia e o caos. Surge a religião como força poderosa que torna plausível e duradoura as construções sociais da realidade, eliminando a precariedade intrínseca destas ordens construídas. A religião inclui o construído num mundo mais abrangente - o sagrado, que legitima, justifica e explica as mazelas do cosmos construído (BERGER, 1985, p. 7).

Quando o controle da Maripá passou a Willy Barth, a política inicial, seguida por Ruaro, também foi alterada:

A nova política não misturava no mesmo local descendentes de italianos e alemães, católicos ou protestantes, ou seja, as comunidades deveriam conviver pacificamente, com respeito mútuo, porém, viver isoladamente, o que na prática caracterizaria um sistema de *apartheid* cultural. Willy Barth elege o núcleo de Marechal Cândido Rondon para rivalizar e concorrer com Toledo, local este composto por alemães e italianos. Rondon deveria tornar-se um grande centro urbano de origem alemã e com características da religião evangélica luterana (WACHOWICZ, 1987, p. 179).

O papel desempenhado pela empresa colonizadora no processo de (re) ocupação foi de extrema importância, pois ela se colocou ao lado dos migrantes, orientando-os através de seus discursos e práticas. Junto aos anseios da empresa, a Igreja Católica operou por meio de um discurso bem elaborado que nomizava, ou seja, fortalecia a catolicidade com o intuito de satisfazer a expectativa daqueles que acreditavam no desenvolvimento e na força de trabalho.

Segundo Berger (1985):

o homem precisa ocultar a si mesmo o caráter construído da ordem social para que ele possa se reproduzir como ordem, evitando a anomia e o caos. Surge a religião como força poderosa que torna plausível e duradoura as construções sociais da realidade, eliminando a precariedade intrínseca destas ordens construídas. A religião inclui o construído num mundo mais abrangente - sagrado - que legitima, justifica e explica as mazelas dos cosmos construídos (BERGER, 1985, p. 7).

Pode-se perceber que a religiosidade serve, também, como um instrumento de direcionamento perante as incertezas encontradas. Assim, o principal intuito, aqui, é analisar e problematizar o processo de construção geo-histórico da região Oeste do Paraná, especificamente do atual município de Quatro Pontes, partindo dos pressupostos teóricos de Berger (1985), cujas análises estão pautadas na sociologia do conhecimento. O autor dedica-se ao fenômeno religioso e a sua relação com o homem:

Pode-se dizer, portanto, que a religião desempenhou uma parte estratégica no empreendimento humano, na construção do mundo. A religião representa o ponto máximo da auto-exteriorização do homem pela infusão dos próprios sentidos sobre a realidade. A religião supõe que a ordem humana é projetada na totalidade do ser. Ou por outra, a religião é a ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo (BERGER, 1985, p. 41).

A partir das discussões realizadas por Berger (1985), é possível relacionar a ideologia de construção do “Novo Mundo” ao período de colonização do Oeste Paranaense. O trabalho desempenhado pela Igreja Católica no processo de colonização visava a reprodução de determinadas “verdades”, além de buscar a garantia da predominância de seu credo, bem como sua nominação. Conforme já sublinhado ao longo deste trabalho, esta prática fora uma das estratégias adotadas pela colonizadora Maripá, visto que a empresa se utilizou de crenças e de concepções religiosas para fomentar a ocupação territorial.

A idealização da terra prometida tornou o migrante mais confiante ao se estabelecer em um lugar desconhecido, porém, de solos férteis, água em abundância e sem formigas. A reprodução do arquétipo do paraíso esteve presente na propaganda realizada pela empresa colonizadora e foi potencializada pelo clero católico. Quanto às atividades educacionais desenvolvidas na ocupação territorial, havia a preocupação de oferecer uma educação de qualidade, com o que se ocuparam, inicialmente, o padre Antônio Patuí e as irmãs pertencentes à Sociedade do Verbo Divino.

O sagrado é o outro da existência, ponto de convergência e mediação entre a terra e o céu, entre o contingente e o transcendente. Esta ponte analítica entre o sagrado e cotidiano possibilita conceber temporalidades e espacialidades

relativas. Ou seja, a dinâmica da existência sob influência do sagrado está além da materialidade aparente (ROSENDAHL; CORRÊA, 2001, p. 43).

Os dirigentes da Maripá, como forma de organizar o espaço do núcleo populacional, realizavam a doação das áreas para a edificação da escola, da igreja e da praça. Além da área, era comum a doação do material. O que nos chama a atenção, e pode ser considerado como simbologia do poder, são os fatores relacionados aos locais escolhidos para a construção da praça pública e da igreja. Preferencialmente, uma ficava de frente para a outra, demonstrando a hegemonia religiosa daquela localidade, seja ela católica ou protestante.

No atual município de Quatro Pontes, a praça pública denominada Cristo Rei simboliza a hegemonia católica, afinal, a Igreja, denominada como Nossa Senhora da Glória, está a sua frente. A fundação da primeira capela, em Quatro Pontes, ocorreu em 1955. Sua abrangência seria do então distrito de Vila Nova até a divisa com Mercedes Velha (LIVRO-TOMBO, 1955).

A fundação da primeira escola em Quatro Pontes, conforme consta no Livro-Tombo da Paróquia (1960), fora comemorada intensamente. Willy Barth, representante da Maripá, havia doado uma quadra inteira para a construção do colégio e mais uma chácara ao lado para que fossem cultivados diversos alimentos para garantir o sustento parcial do educandário. Além da estrutura física, havia a necessidade de conseguir pessoas qualificadas para atuarem na educação do local:

em 22 de Fevereiro de 1960, com o objetivo de trabalhar na formação de noviças e na educação das crianças da comunidade e arredores, chegam as Irmãs Servas do Espírito Santo, conforme imagem abaixo, Maria Aparecida e Maria Cláudia. Para o cargo de Superiora fora destinada a irmã Sérvia, que chegou no dia 26 de fevereiro daquele ano. Como o educandário estava em fase de conclusão, as irmãs foram alojadas em uma casa em frente ao hotel por quase um ano (LIVRO-TOMBO, 1961, p. 10).



Figura 11 - Religiosas e Noviças em Quatro Pontes - 1960

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Quatro Pontes.

Em 20 de novembro de 1961, o educandário chamado Sagrado Coração de Jesus foi inaugurado, cuja solenidade contou com o Bispo da Diocese de Toledo, Dom Armando Círio. Inicialmente, o educandário atendia, aproximadamente, 235 educandos. Conforme consta no Livro-Tombo da igreja, “o colégio era um grande orgulho para o progresso de Quatro Pontes. O número dos habitantes aumentou muito por causa das freiras que cuidavam da educação das crianças” (LIVRO-TOMBO, 1961, p. 10).

Portanto, fica explícito que a formação educacional com moldes religiosos fora uma conquista para Quatro Pontes, distrito do então Município de Toledo.

Apesar de ocorrer a construção e a inauguração em 1965 de uma ampliação na instituição, em 22 de Fevereiro de 1972, as irmãs Servas do Espírito Santo encerraram suas atividades na comunidade de Quatro Pontes. Após a saída das Irmãs, o colégio foi adaptado para tornar-se Casa de Formação para leigos de toda a Diocese de Toledo (DEITOS, 2005, p. 62).

A assistência religiosa constituiu-se em fato fundamental para a concretização do processo de nacionalização da fronteira e colonização da Fazenda Britânia. Esta conjuntura é exposta por migrantes através de seus depoimentos, enfatizando os acontecimentos que auxiliaram no processo de construção e desenvolvimento regional. A geografia tem, ao longo

dos anos, se apropriado desta fonte oral, objetivando a construção de conhecimento, a partir de acontecimentos relacionados à organização e à modificação sócio espacial.

A organização sócio espacial que ocorreu na Fazenda Britânia é resultado de uma política nacionalista que, ao longo processo da Marcha para Oeste, incentivou a ocupação territorial e o sentimento de abasileiramento. Ao migrante, tal organização espacial se deu através do trabalho árduo e do direcionamento oferecido pela igreja. As motivações religiosas são enaltecidas nos depoimentos coletados junto aos migrantes, que mencionam a importância da religião para a superação das dificuldades encontradas no novo ambiente.

CAPÍTULO III

MEMÓRIAS DOS MIGRANTES

3.1 UMA HISTÓRIA A SER (RE) CONTADA

Todos os acontecimentos que norteiam o processo de nacionalização da fronteira e de colonização do Oeste do Paraná, ainda, são muito recentes, datando de pouco mais de meio século de história, o que não anula a possibilidade de encontrar pessoas que contribuíram para o projeto do Estado e da empresa.

Segundo a geógrafa Rosemeire Almeida (2006):

a decisão por trabalhar com fontes orais na produção do conhecimento geográfico é uma possibilidade que se coloca diante da riqueza das narrativas que, em muito, superam os questionários rigidamente estruturados, os quais, comumente, partem de uma interpretação prévia da realidade e, na maioria das vezes, deixam de contemplar a imprevisibilidade do concreto, do real e das significações que os eventos têm, de acordo com o narrado (ALMEIDA, 2006, p. 158 apud CAMACHO, 2008, p. 50).

A utilização de fontes orais contribuiu para problematizar o processo de ocupação e nacionalização do Oeste do Paraná em meados do século XX, no qual estava inserido o atual município de Quatro Pontes, até então área de fronteira.

O que se pretende com a utilização desta metodologia é analisar os fatores que foram decisivos para a tomada da decisão dos migrantes em sair de suas terras/regiões de origem, deslocando-se a outro ambiente. Assim, homens e mulheres devem ser considerados testemunhas do passado a partir do espaço social ocupado.

Uma das premissas importantes no trabalho com fontes orais é a de que estas têm sido constituídas no caminho por excelência da história das classes oprimidas, logo que as entrevistas permitem às ‘pessoas comuns’ contarem sobre o fato que, na maioria das vezes, são inéditos no tocante à história das classes não-hegemônicas, verdadeiras ‘áreas inexploradas’. Isto significa dizer que as classes dominantes têm uma tradição escrita que permite deixar um abundante registro, ao contrário das demais classes. Entendermos ainda que, embora o trabalho com fontes orais não seja para nós um instrumento de ‘consciência política’, ele permite a superação da pretensão prática da neutralidade na pesquisa (ALMEIDA, 2006, p. 159 apud CAMACHO, 2008, p. 50).

As fontes orais funcionam como instrumento de apoio no desenvolvimento de novos conhecimentos, relacionando o real ao imaginário. Assim, objetiva-se discutir as relações existentes entre a empresa Colonizadora Maripá, a atuação religiosa da Igreja Católica e a versão dos colonizadores no processo de nacionalização das fronteiras, denominado “Marcha para Oeste”, desencadeado a partir de 1930.

Para o historiador francês Henry Rousso (1992), “a memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo sozinho, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social e nacional” (ROUSSO, 1992, p. 549-620 apud FERREIRA; AMADO, 2006, p. 94).

Para Pollak (1992, p. 204), “a memória é um elemento constituinte do elemento de identidade, na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência do grupo em sua reconstrução em si”.

Ainda segundo o autor,

existem três elementos que podem ser considerados como constitutivos da identidade: os acontecimentos, as pessoas-personagens e os lugares. Os acontecimentos estão divididos entre os ‘vividos pessoalmente’ pelos sujeitos e, os ‘vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente perceber’. Estes últimos são os acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas tomaram tamanha amplitude diante da construção da memória coletiva que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não (POLLAK, 1992, p. 201).

A oralidade é importante para se problematizar o processo de migração e reterritorialização na região Oeste paranaense, neste caso, o município de Quatro Pontes. Sendo uma região colonizada a partir das primeiras décadas do século XIX, ainda é possível encontrar e entrevistar pessoas que participaram e vivenciaram este processo. Estas pessoas – já com idade avançada, cabelos brancos e com a voz debilitada – fornecem relatos de suas experiências e informações que, em muitos casos, não aparecem em documentos sobre aquela época. A partir dos depoimentos destes migrantes, será possível ter outro olhar sobre a história da migração, diferente daquele propagado pela história oficial.

Um dos estudos regionais relacionados à expansão religiosa na fronteira é o da pesquisadora Neiva Salete Kern Maccari, *Migração e Memórias: a colonização do Oeste do Paraná* (1999). Partindo especificamente das fontes orais e de fotografias, a autora procura problematizar a colonização da então Vila General Rondon como núcleo predominante

protestante, sendo que um dos fatores abordados por ela está relacionado à religiosidade dos migrantes.

Por outro lado,

quando um idoso mostra uma fotografia antiga, costuma contar sobre o acontecimento retratado, sobre as pessoas que aparecem, sua relação com elas, se eram parentes, amigos, onde moravam, com o que trabalhavam e outras histórias. Menos comum é a existência de anotações no verso das fotografias, como data, local, nome dos retratados. Assim, em nosso trabalho como pesquisadores, percebemos que, mesmo quando buscamos fotografias como fontes, é o relato oral que fornece importantes informações (MACCARI, 1999, p. 87).

A migração pode ser narrada a partir de diversas perspectivas, conforme demonstra o trabalho do historiador Valdir Gregory. Segundo ele,

as nossas discussões relativas às migrações no oeste do Paraná costumam ser embasadas documentalmente em vestígios produzidos nos lugares de chegada e por aqueles que são migrantes para essa fronteira. Há preferência por fontes produzidas na fronteira. Predominam memórias dos que migraram (GREGORY, 2011, p. 22).

Além da história oral, a utilização de registros fotográficos é de fundamental importância, tendo-se em vista a ausência de relatos completos sobre o cotidiano de Quatro Pontes. A passagem de fotógrafos causava euforia, pois isto significava a possibilidade de registrar eventos como casamentos, batizados, festas religiosas, bem como retratar toda a família. Aliás, é comum encontrar retratos nos quais toda a família está presente e que, comumente, são pendurados na sala das casas como forma de rememorar e reatualizar as recordações do passado. Nesse sentido, a história pode ser revisada através do processo de rememoração – história oral – que traz à tona experiências e fenômenos históricos que a cronologia linear da historiografia não tematizou.

Para os migrantes, o ato da rememoração está relacionado à reatualização de sua trajetória, bem como à valorização e preservação de tais acontecimentos, desde o momento da partida de sua cidade natal, até a chegada e a participação na vida social e religiosa na localidade atual. Ao narrar tais experiências, sobretudo das dificuldades enfrentadas, o migrante ou seu descendente se coloca na posição de desbravador, o que lhe confere sentimentos de heroísmo e coragem.

Uma das migrantes, a senhora Danila Hoffmann – (Dona Nila), relata da seguinte maneira sua trajetória:

Vimos do município de Estrela, Rio Grande do Sul, a família chegou a Quatro Pontes no dia 16 de Abril de 1959. Quem nos convidou foi a família Seimetz, que eram nossos amigos, vizinhos e católicos no Rio Grande. O Nelson, meu marido, veio junto descarregar a mudança deles e gostou muito. Quando chegou de volta em casa me contou que tinha um lugar muito bonito com muitas pontes, eram as Sete Quedas em Guaíba. Aí, a gente trocava muitas cartas com o Seimetz e eles sempre convidando pra vir aqui morar e abrir uma funilaria. Não tinha aqui na época. Após viagem de caminhão que durou aproximadamente três dias, enfrentado dificuldades como estradas ruins e muita chuva, desembarcam trazendo consigo além da fé e da esperança uma vaca de leite para o alimento das crianças e a estrutura necessária para abrir uma funilaria, atividade esta já desempenhada no Rio Grande do Sul (HOFFMANN, 2013).

Na opinião de Dona “Nila”, como é conhecida, o mais importante desta viagem foi a potencialização da fé na religião católica:

A religião é mais importante, rezamos pelo caminho e deu tudo certo. Aqui o padre era boa pessoa, nas missas a gente conhecia outras pessoas novas, cantava até em alemão, foi criado um grupo de canto e tudo na igreja (HOFFMANN, 2013).

Com relação aos migrantes de origem protestante, Dona “Nila” é enfática:

Quando nós chegamos não tinha evangélico, eles vieram depois. Nos primeiros tempos não era permitido casamento entre católicos e evangélicos e não podia enterrar um perto do outro. Eu me lembro de uma família que tinha muita terra, eram muito ricos e tinha uma filha, ela gostava muito de um rapaz, mas ele era evangélico. Os pais do rapaz também eram bem de vida, eram evangélicos teimosos e não aceitavam o namoro. Os dois continuaram namorando e quando casaram cada um ia à sua igreja. Quando tiveram filhos, eles foram batizados na católica porque o lado da moça era mais rico (HOFFMANN, 2013).

Na atualidade, a depoente analisa a situação religiosa da seguinte maneira: “hoje tudo é misturado, ninguém fala mais nada, eu acho isso certo. Para Deus uma pessoa é igual à outra, todo mundo reza pelo mesmo Deus”.

Ao expressar sua opinião, Dona “Nila” abre um precedente sob os fortes abalos que a igreja católica vem sofrendo nas últimas décadas. Por se tratar de uma religião considerada conservadora, seus dogmas baseados nas sagradas escrituras vêm sofrendo constantes abalos, principalmente com temas relacionados ao aborto e ao casamento entre homossexuais. O surgimento de diversas igrejas neopentecostais em ascendência abrem um leque de opções aos fiéis descontentes com sua religião. A promessa do milagre, da cura, da salvação e de maior liberdade são, apenas, alguns argumentos utilizados para a migração em massa de católicos

para outras religiões. Outro fator é a utilização da mídia, principalmente a televisão, canal este indispensável para a propagação de outras religiões.

A senhora Hilda Eckstein foi uma das primeiras mulheres a chegar a Quatro Pontes, no dia 23 de Agosto de 1951, com seu esposo Lauro que, naquela época, era funcionário da empresa Colonizadora Maripá, e seria responsável por conduzir e administrar o Empório Toledo. De origem gaúcha, da cidade de Carazinho, o casal havia se casado no dia 1 de Julho de 1951 e, no dia 5 de Agosto, iniciou sua jornada rumo a Toledo, onde chegaram no dia 11 de Agosto. O abandono da terra natal para se estabelecer na fronteira é explicado por Hilda da seguinte maneira:

o sogro havia comprado terra para todos os filhos aqui na Fazenda Britânia e não queria deixar nenhum filho para trás. Aqui era tudo mato, tinha em torno de 10 a 15 pessoas no máximo, mas todas eram católicas. Quando o vendedor, que era de Passo Fundo, passava para vender as colônias de terras da Maripá, passava e já dizia onde era para evangélicos e onde era para católicos. Quatro Pontes e Dez de Maio era para os católicos, Marechal Rondon para evangélicos e Nova Santa Rosa para os batista (ECKSTEIN, 2013).

A depoente acredita, ainda, que esta forma de comercialização das terras estava ligada à formação de núcleos populacionais voltados a juntar pessoas do mesmo credo, para sentirem-se mais próximas umas das outras. Com relação à realização das missas, Hilda, com muito orgulho, relata o seguinte:

O padre era Antônio Patuí, que vinha de jipe de Toledo, ele rezava uma vez por mês a missa, sempre na minha casa, em sala bem pequena e nem cadeira não tinha, todos ficavam de pé. Depois da missa ele sempre tomava café e voltava a Toledo. Quando algum fiel sentia a necessidade de se confessar, era improvisado em um dos cômodos da casa: para se confessar foi colocada minha máquina de costura no lado da cama, a mesa da cozinha foi colocada virada em cima da cama e assim a gente se virava. A primeira missa fora da minha casa foi no dia 15 Setembro de 1952, isso aconteceu porque eu tive meu filho, o 'Soni' e, no dia 16 era a missa, ele também já foi batizado. Esta missa aconteceu na recém-construída escola municipal (ECKSTEIN, 2013).

Além do padre Patuí, Willy Barth era tida como pai de todos, afinal, quem chegava a Quatro Pontes estava com pouco dinheiro e não possuía condições de adquirir sementes ou gêneros alimentícios:

O Willy Barth mandava a gente fornecer os produtos às pessoas e marcar na conta, depois elas pagavam. Isto aconteceu com um dos moradores que precisou, pegou um saco de batatinha no Empório para plantar, aí ele plantou, colheu e devolveu a mesma quantidade (ECKSTEIN, 2013).

De forte crença católica e com os olhos cheios de lágrimas, a depoente é enfática e surpreende dizendo que o padre Antônio Patuí e o primeiro pároco, Aloísio Baumeister, eram insubstituíveis na vida cristã católica:

nunca vou esquecer o dia em que o padre Aloísio veio tomar banho na minha casa, nós era da colônia e não conhecia toalha de banho, a gente se secava com um saco de açúcar aberto. Uns dias antes chegou ao Empório uma toalha de banho e fui lá correndo buscar, afinal ele era o padre (ECKSTEIN, 2013).

Este depoimento trata da importância e do contentamento das pessoas ao receberem o padre em seu lar. Sua estadia era motivo de alegria, afinal, o padre passava por Quatro Pontes uma vez ao mês, quando realizava a missa. Naquele contexto, todos os habitantes estavam acostumados, após o banho, a utilizarem um “saco” – no qual se guardava açúcar – para secar o corpo. Todavia, para a depoente o padre, necessariamente, deveria ser tratado de maneira diferente. A toalha em si, apesar de ser um simples pedaço de tecido, representava a oportunidade de demonstrar gratidão e louvor aos atos desempenhados pelo sacerdote na comunidade.

No relato da senhora Maria Decker Francener – que chegou com sua família a Quatro Pontes no dia seis de Agosto de 1953, oriunda da cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina – o intuito era conseguir mais terras a preços acessíveis, cuja aquisição ocorreu por intermédio do senhor Grall, que era um vendedor de terras da Maripá.

O Grall veio lá em casa oferecer terras e logo disse que em Quatro Pontes é lugar de católico. Aí a gente compro. Foram quatro dias de viagem de caminhão com meu filho pequeno, o Afonso, de apenas três meses, e mais cinco filhos. O caminhão veio cheio, mas eu trouxe uma vaca junto para dar leite às crianças (FRANCENER, 2013).

Após chegar a Quatro Pontes e instalar sua família, o senhor Zacarias Francener, esposo de Maria, passou a trabalhar em parceria com o corretor, conhecido como Grall, na comercialização de terras na Fazenda Britânia. O fato de residir no local, ser católico e conhecer lideranças catarinenses, fez com que o discurso de convencimento fosse aceito com mais facilidade.

Um dos fatos considerados primordiais para a depoente está relacionado ao convívio com os primeiros evangélicos: “naquele tempo as outras religiões eram discriminadas e o padre disse para os católicos não irem às outras igrejas. Se um católico casa com um evangélico era o fim do mundo... (risos) (FRANCENER, 2013).

É importante observar que o trabalho da colonizadora estava centrado na organização de núcleos de colonização, de acordo com a religiosidade dos colonos. Em decorrência disso, criou-se o núcleo dos protestantes, em General Rondon, e dos católicos, no atual município de Quatro Pontes.

Um dos poucos evangélicos a residir na divisa entre os atuais municípios de Marechal Cândido Rondon e de Quatro Pontes, foi o senhor Raul Schone. Oriundo do município de São Gerônimo, Rio Grande do Sul, em treze de Maio de 1951, ele e sua esposa, Elli Schone, vieram de Cerro Largo, Rio Grande Do Sul.

Quando eu tinha 8 anos minha mãe veio a falecer e, após fazer o inventário, meu pai percebeu que não tinha muita coisa a oferecer aos três filhos. O pai passa a procurar locais com terras boas e a preços baixos, aí ele encontra o vendedor da Maripá chamado Benó, em Santa Catarina. Como os preços das terras eram baixos e a terra era bonita o pai comprou uma colônia para cada filho, e isso eu tenho ainda hoje (SCHONE, 2013).

Raul frisa: “e isso eu tenho ainda hoje”, constantemente, e com orgulho, afinal, o pouco que seu pai conquistou, naquela época, continua na família até os dias atuais. Durante a fase de adaptação na nova territorialidade, aconteciam algumas festividades, especialmente ligadas à igreja. Raul conta que: “quando nós começamos a ir aos bailes ou festas, antes de dançar a gente pedia se era evangélico ou católico, se não fosse da mesma religião não podia dançar... (risos)” (SCHONE, 2013).

Sobre a atuação religiosa, o depoente relata que a visita de um pastor ocorria a cada meio ano, visto que tudo era novo e muito longe. O primeiro pastor a residir na vila General Rondon foi o alemão Joachim Christian Pawelke.

Com relação à miscigenação religiosa, Raul destaca que:

em Quatro Pontes era só católico e em General Rondon era só evangélico. Mas lá pelos anos de 1953/1954 isso mudou um pouco, houve a venda de terras entre terceiros, sem passar pela Maripá, então começou a migração de alguns poucos evangélicos a Quatro Pontes (SCHONE, 2013).

A partir desta tímida migração evangélica a Quatro Pontes, até então núcleo exclusivo de hegemonia católica, se discute a possibilidade de formação de uma pequena comunidade evangélica. Segundo o livro-tombo da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB, “a comunidade se oficializou no dia 5 de Fevereiro de 1961, com um total de dez famílias, estando elas representadas por Orlando Schutz, João Lugeski, Werno Lamb, Reinhold Bischoff, Ramiro Lamb, Edwin Reschke, Gustaw Rescke, Wilhelm Scheffer, Raul Schone e Emil Radtke” (LIVRO-TOMBO IECLB, 1969, p. 01).

Com a fundação da Igreja Evangélica IECLB em Quatro Pontes, a localidade passou a ter duas igrejas e, assim, a espacialidade religiosa foi re-territorializada, mantendo, contudo, a hegemonia católica. Os evangélicos, após a fundação de sua comunidade, receberam da Colonizadora Maripá três lotes e pequena quantidade de madeira. No início da ocupação e colonização, observa-se, em decorrência do depoimento, que a empresa, mesmo tendo à sua frente Willy Barth, o qual era protestante, auxiliou de maneira tímida a nova comunidade. Sobre isto Raul opina: “eles olharam pelo número, lá tinha muito mais católicos e nós éramos em poucos evangélicos, mas ficamos contentes com o que nos deram”. Foram quatro lotes e uma parte da madeira para a construção da nossa igreja (SCHONE, 2013).

As entrevistas são as principais fontes sobre as práticas culturais, cotidianas, religiosas e étnicas. Os descendentes de paraguaios, argentinos, ingleses ou nativos que se apresentavam em grande número em nossa região têm, muitas vezes, uma forma diferente de narrar os fatos, face aos descendentes de italianos ou alemães. Também o conteúdo das narrativas diverge, pois, enquanto um descendente estrangeiro fornece um extenso relato sobre uma viagem ou uma caçada, um descendente de italianos costuma ter relatos mais detalhados sobre o trabalho na lavoura e as práticas religiosas.

Diante da importância em registrar o relato dos migrantes, grande parte das pesquisas históricas e, mais recentemente, as de natureza geográfica, desenvolvidas na região Oeste paranaense, tem optado pela efetivação da coleta de depoimentos. Esta abordagem tem por motivação conceituar e abordar o campo da organização religiosa na região Oeste do Paraná, especificamente o atual Município de Quatro Pontes, onde predomina, até os dias atuais, a hegemonia católica, conforme se pode observar na tabela a seguir.

Tabela 3 - Número de fiéis no Município de Quatro Pontes (PR) 2010.

RELIGIÃO	QUANTIDADE (PESSOAS)	PERCENTUAL (%)
Religião Católica	3.110	81,78
Religião Evangélica	675	17,75
Sem Religião Definida	13	0,34
Outras Crenças	5	0,13
POPULAÇÃO TOTAL	3.803	100

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2010. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2012 (Adaptado pelo autor, 2012).

Observa-se, na tabela, uma grande diferença entre os dois conceitos simbólicos de poder, o que resulta em territorialidades diferenciadas.

Segundo Rosendhal (2010, p. 41),

a religião católica exerceu papel fundamental, legitimando a ação do Estado no que diz respeito à apropriação dos novos territórios. Nesse contexto, verifica-se a relevância da ação desempenhada pela igreja na produção de argumentos que legitimam e convencem as populações.

Como é possível observar na imagem abaixo, a igreja está situada em meio a mata, edificada em madeira de maneira rústica. Os fiéis estão em frente à construção, de modo a expressar felicidade pelo momento da inauguração com programação religiosa e, posteriormente, festiva. O que aponta para uma festa que se realizaria na sequência é a lona que, de maneira improvisada, foi anexada ao lado da igreja. Independentemente do clima, os fiéis compareciam semanalmente à missa, com o propósito de fortalecer sua fé e esperança, sentimentos estes que incentivavam os migrantes a prosseguirem, apesar das dificuldades presentes na família e na comunidade. Assim, após a semana dedicada ao trabalho, o domingo era o dia em que todos procuram se vestir da melhor maneira e participar dos rituais religiosos. A igreja, além aproximar os fiéis de Deus, constituía-se no espaço de troca de experiências, local de rever amigos e parentes, de festejar e de rememorar fatos ocorridos no passado, na terra natal dos migrantes.

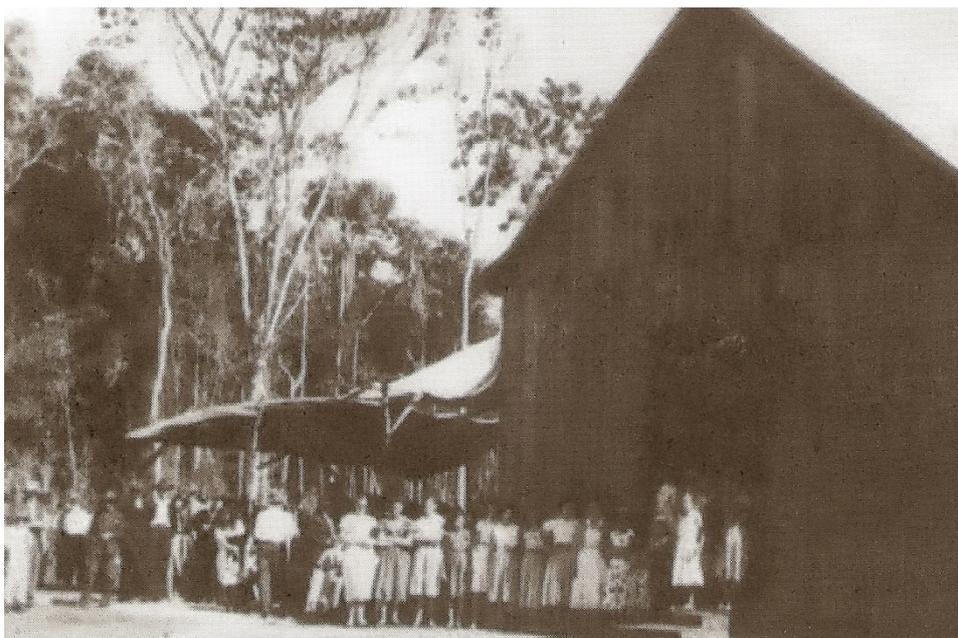


Figura 12 - Primeira Igreja Católica de Quatro Pontes (1951)

Fonte: Livro-Tombo da Igreja Católica de Quatro Pontes (PR).

Para Berger (1985, p. 41),

a religião desempenha uma parte estratégica no empreendimento humano de construção do mundo. A religião representa o ponto máximo da autoexteriorização do homem pela infusão dos próprios sentidos sobre a realidade. A religião supõe que a ordem humana é projetada na totalidade do ser. Ou por outra, a religião é a ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo.

Berger (1985) reforça o fato de diversos pesquisadores apontarem para a articulação realizada entre a Igreja Católica e os demais setores da sociedade, com vistas a garantir sua hegemonia.

A respeito da veracidade do depoimento oral, autores como Thompson (1993, p. 143),

se posicionaram repetidamente dizendo ‘que a utilização de entrevistas como fonte por historiadores vem de muito longe e é perfeitamente compatível com os padrões acadêmicos’, acrescentando inclusive que elas foram usadas para fins conservadores e mesmo anti-democráticos. Defendem que há maneiras de se comprovar a confiabilidade de cada depoimento - e se eles podem ser falhos, são falhos nas medidas das outras fontes.

Portanto, foi a partir do depoimento de moradores de Quatro Pontes – fonte empírica – que se buscou problematizar a influência que a religião católica exerceu durante o processo de colonização da Fazenda Britânia. Isto porque, é válido recorrer a mais de uma fonte para analisar os acontecimentos: através de documentos oficiais dos colonizadores, principalmente dos históricos dos municípios, e através dos depoimentos orais de “pioneiros”.

Ademais, tem-se a clareza de que os documentos escritos sob a perspectiva da experiência individual dos migrantes – sendo que todo município oriundo da colonização recente ou da re-ocupação possui um histórico ou uma história cunhada a partir das informações que os colonizadores elaboraram sob a compreensão que têm de si mesmos – não registraram nada sobre os fenômenos históricos, como invasões e conflitos. Ou seja, tudo o que está escrito nestes documentos tratam de acontecimentos, experiências e aventuras individuais dos migrantes, isto é, aquilo que se quis que ficasse como legado para as gerações seguintes.

A influência do discurso oficial sobre a memória popular é notada logo que se liga o gravador para ouvir o “pioneiro” sobre a colonização. A ideia do vazio demográfico ou do pioneirismo encontra-se, ainda, muito impregnada na memória dessas pessoas. Ainda hoje, muitas delas reivindicam junto às prefeituras um lugar no panteão dos fundadores do

município em que habitam, pois querem ser reconhecidas como pioneiras. Às vezes, para justificar seu pioneirismo, o colono até se arrisca em afirmar que antes dele não havia mais ninguém habitando o lugar. “Assim é comum ouvir da fala do ‘pioneiro’ entrevistado, frases feitas como: ‘aqui quando cheguei não tinha ninguém, não tinha nada, eu fui o primeiro a derrubar a mata, a construir o rancho, a plantar e a criar’” (MACCARI, 1999, p. 123).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste estudo foi analisar a efetiva participação da Igreja Católica, enquanto instituição religiosa, no processo de ocupação e colonização ocorrido no atual município de Quatro Pontes, no Oeste do Paraná. Pois, entende-se que, para analisar a colonização a partir da fronteira, é preciso considerar a inter-relação entre cultura, religião, crenças e atitudes que se estabelecem no espaço, haja vista o vínculo estreito que se constrói entre o homem e o espaço por ele habitado.

Portanto, como pressuposto no início da pesquisa, chegou-se à conclusão de que houve um trabalho em conjunto entre a Maripá e a Igreja Católica, visto que igreja, apelando à formação cristã do homem ocidental, contribuiu para difundir que o paraíso edênico, tal qual registrado no texto bíblico, encontrava-se no Oeste do Estado do Paraná. Tal discurso influenciou diretamente na decisão dos migrantes em ocuparem vazios demográficos nesta região, no caso, Quatro Pontes, uma vez que movidos pelo discurso da fé, da esperança e da promessa de obterem melhores condições de vida, bem como de ascendência econômica rápida, dadas as facilidades de pagamento e as vantagens que terras férteis ofereciam. Ou seja, isto quer dizer que tal discurso, empregado estrategicamente, atendia aos interesses da igreja católica de fazer prevalecer sua religião, e da Colonizadora Maripá, de obter lucros com a venda de terras. E, conforme a pesquisa bibliográfica, teórica e de campo realizada, tudo aponta que tal discurso surtiu o efeito desejado. Os depoimentos obtidos revelam que a atuação da igreja preservou e fortaleceu o credo católico dos membros grupo, o que os aproximou e, por consequência, tornou-os uma comunidade fechada sob a perspectiva étnica da religião.

Dentre as características predominantes neste processo de colonização, o trabalho da igreja era visto pelos migrantes como o vínculo entre a vontade de Deus e o paraíso a ser desbravado. Assim, uma das práticas mais comuns da igreja era a interação com os migrantes – o que acontecia em suas casas ou nas igrejas – bem como a construção de pequenas comunidades. Nas pequenas vilas que surgiam, como a de Quatro Pontes, a presença do padre trazia segurança e proteção aos migrantes, fragilizados pelas dificuldades e pelas mudanças que a migração trouxera.

Este é o caso do padre Antônio Patuí, que orientou espiritual e socialmente as comunidades. Sua ação esteve voltada para a formação de grupos religiosos e para a criação

de novas capelas. Ele estava presente nas decisões sobre a educação e incentivou a vinda das irmãs Servas do Verbo Divino para atuarem como religiosas e professoras, disseminando os ensinamentos e a palavra de Deus. A formação de seminários fora outra preocupação da igreja, afinal havia a necessidade de formar novas lideranças espirituais para dar sequência ao processo de hegemonização da religião católica.

FONTES ORAIS/ENTREVISTAS

ECKSTEIN, H. **Entrevista concedida a Ademir Luis Kinzler**. Quatro Pontes, 15 de Março de 2013.

FAMÍLIA HINYGERT. **Entrevista concedida a Marcos Luis Ehrhardt**. Marechal Cândido Rondon, Projeto História Viva, 12 Agosto de 1994. Encontram-se à disposição no acervo do Cepedal - Centro de Estudos e Pesquisas e Documentação da América Latina - UNIOESTE.

FAMÍLIA WINTER. **Entrevista concedida a Marcos Luis Ehrhardt**. Marechal Cândido Rondon, Projeto História Viva, 14 Abril de 1994. Encontram-se à disposição no acervo do Cepedal - Centro de Estudos e Pesquisas e Documentação da América Latina - UNIOESTE.

FRANCENER, M. D. **Entrevista concedida a Ademir Luis Kinzler**. Quatro Pontes, 10 de Maio de 2013.

HOFFMANN, M. D. **Entrevista concedida a Ademir Luis Kinzler**. Quatro Pontes, 10 de Março de 2013.

LIMANT, A. **Entrevista concedida a Marcos Luis Ehrhardt**. Marechal Cândido Rondon, Projeto História Viva, 10 de Junho de 1994. Encontram-se à disposição no acervo do Cepedal - Centro de Estudos e Pesquisas e Documentação da América Latina - UNIOESTE.

SCHONE, R. **Entrevista concedida a Ademir Luis Kinzler**. Marechal Cândido Rondon, 10 de Fevereiro de 2013.

SOBRINHO, I. S. **Entrevista concedida a Ademir Luis Kinzler**. Quatro Pontes, 18 de Junho de 2005.

DOCUMENTOS OFICIAIS

ACERVO Documental e Fotográfico da Prefeitura Municipal de Quatro Pontes (PR). Departamento de Cultura. Abril de 2013.

ACERVO Documental Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon-PR/Secretaria Municipal de Educação (2004).

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/site/>>. Acesso em: 11 fev. 2013.

FOLDER. Delimitação da Fronteira e Propaganda de Terras da Empresa Maripá (1950). Acessado e Digitalizado no Museu Willy Barth, Toledo (PR), em 8 fev. 2013.

FOLDER. Propaganda de Terras da Empresa Maripá (1950). Acessado e Digitalizado no Museu Willy Barth, Toledo (PR), em 8 fev. 2013.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 mar. 2013.

LIVRO Tombo I - 1969 a 2011: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB. Quatro Pontes (PR).

LIVRO Tombo I - 1955 a 1990: Paróquia Nossa Senhora da Glória. Quatro Pontes (PR).

PLANO Municipal de Educação - Toledo (PR), 2009. Disponível em: <<http://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/MUNIC%C3%8DPIO%20DE%20TOLEDO%20-%20PME.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

REFERÊNCIAS

BACZKO, B. **Imaginação Social**. Lisboa: Einaudi, 1986.

BERGER, P. L. **O Dossel Sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.

CAMACHO, R. S. **Conhecendo os camponeses-estudantes e os seus territórios no município de Paulicéia (SP)**: trabalho familiar, lazer e escola. Revista Nera, ano 14, n. 18, Presidente Prudente, jan./jun./2011.

Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/revistas/18/9_camacho.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

CRESTANI, L. A. **Conflitos Agrários e Mercado de Terras nas Fronteiras do Oeste do Paraná (1843-1960)**. Dissertação em Desenvolvimento Regional e Agropecuário. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Toledo: UNIOESTE, 2012.

DEITOS, N. J. **Paróquia Nossa Senhora da Glória Quatro Pontes (PR)**: meio século de história. Toledo: Gráfica Tuicial e Editora, 2005.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.) **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2006.

FREITAG, L. C. **Fronteiras Perigosas**: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1954). Cascavel: Edunioeste, 2001.

GREGORY, V. Fronteira, Migrações e Imaginário. In.: VANDERLINDE, T. **Fronteira**: impactos socioambientais na Terra Prometida. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

_____. **Os EuroBrasileiros e o Espaço Colonial**: migrações no oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2002.

_____; VANDERLINDE, T., MYSKIW, A. M. **Mercedes**: uma história de encontros. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2004.

GRONDIN, M. **O Alvorecer de Toledo**: na Colonização do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2007.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LENHARO, A. **A Sacralização da Política**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

LOPES, C. A. S. **Os Sertões Nortemineiros**: fronteiras e identidades politizadas que firmam a diversidade sociocultural do norte de Minas. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Unimontes, 2010.

Disponível em:

<<http://www.ppgds.unimontes.br/index.php/2008?task=document.download&id=68>>. Acesso em: 10 maio 2012.

MACCARI, N. S. K. **Migrações e Memória**: estudo sobre colonização de Marechal Cândido Rondon (PR). Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Curitiba: UFPR, 1999.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MEZZOMO, F. A. **Religião, Nomos e Eu-topia**: práxis do catolicismo no oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MYSKIW, A. M. **A Fronteira como Destino de Viagem**: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888-1907). Niterói: UFF, 2011.

NIEDERAUER, O. H. **Toledo no Paraná**: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso. Toledo: GrafoSet, 1992.

_____. **Toledo no Paraná**: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso. 2. ed. Toledo, MG: Tolegraf impressos Gráficos Ltda., 2004.

OBERG, K. **Toledo**: um município da fronteira oeste do Paraná. Rio de Janeiro: Edições SSR, 1960.

PFLUCK, Lia D. **Mapeamento Geo-Ambiental e Planejamento Urbano: Marechal Cândido Rondon-PR/1950-1997**. Cascavel: Edunioeste, 2008.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In.: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia do Homem (Antropogeografia). In.. MORAES, A. C. R. (Org) **Coletânea Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

ROSENDHAL, Z. Espaço, Política e Religião. In.: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. **Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. **Trilhas do Sagrado**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SAQUET, M. A. O Tempo, o Espaço e o Território. In.: SOUZA, A. J. et. al. **Paisagem, Território e Região**: em busca da identidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

SCHENATO, V. C. **Grupos Sociais Rurais Além das Fronteiras**: construções identitárias entre colonos e assentados no oeste paranaense. Curitiba: CRV, 2011.

SOUZA, E. A.; PEDON, N. R. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Ano 4, v. 1, n. 6, nov./2007.

Disponível em:

http://www.cptl.ufms.br/revista-geo/artigo6_EdevaldoS._e_NelsonP..pdf.> Acesso em: 21 ago. 2011.

SOUZA, M. M. **Brasil e Estados Unidos**: a nação imaginada nas obras de Oliveira Lima e Jackson Turner. Rio de Janeiro: PUC - Departamento de História, 2003. Disponível em: http://www2.dbd.pucRio.br/pergamum/tesesabertas/0015995_03_pretextual.pdf. Acesso em: 23/1/2012.

THOMPSON, P. **Transmissão Cultural entre Gerações dentro de Famílias**: uma abordagem centrada em histórias de vida. Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, 1993.

_____. **A Voz do Passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TURNER, F. J. **The Frontier in American History**. New York: Henry Holt and Company, 1921.

_____. O Significado da Fronteira na História Americana. In.: KNAUSS, P. (Org.) **Oeste Americano**: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Niterói: EdUFF, 2004.

VANDERLINDE, T. **Estratégias de Vida**: agricultura familiar e formas associativas. Um Estudo de Caso - CAPA Núcleo Oeste. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFRJ, 2002.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

_____. **Obrageiros, Mensus e Colonos**: história do oeste paranaense. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

ANEXOS

ANEXO I

Relação de perguntas para entrevista com migrantes.

- 1- Em que ano o (a) senhor (a) chegou a Quatro Pontes?
- 2- Qual seu estado e cidade natal?
- 3- Conte um pouco sobre como ocorreu à viagem?
- 4- Quais foram os motivos que levaram ao senhor (a) a sair de sua terra natal e vir a Quatro Pontes, na época uma de região de fronteira?
- 5- Quem já estava instalado por aqui?
- 6- Como era o povoado quando o senhor (a) chegou? Pode descrever o lugar?
- 7- Quais eram os principais desafios da época?
- 8- Qual era o papel da igreja naquele momento de colonização?
- 9- De que maneira era tratado o padre? Com respeito, admiração ou como autoridade?
- 10- O papel da igreja, enquanto fonte espiritual, mudou muito do período de colonização até os dias atuais? Por quê?
- 11- Como o padre é visto na atualidade local?

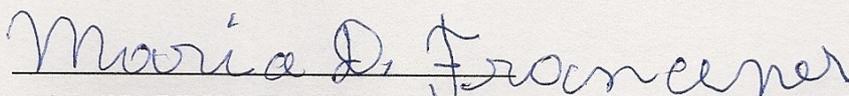
TERMO DE DOAÇÃO

Nome	MARIA DECKER FRANCENER		
Endereço	RUA GASPAR MARTINS, 891		
Bairro	CENTRO	Cidade	QUATRO PONTES - PR
CEP	85.940-000	FONE	45-3279-1025

Declaro ceder ao pesquisador Ademir Luis Kinzler, RG: 7.365.452-7 sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, e pela propriedade, a **entrevista** a ser veiculada no trabalho acadêmico de dissertação de Mestrado em Geografia: Área de Concentração: Espaço de Fronteira: território e ambiente; Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon – Pr.

Consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais e acadêmicos, os mencionados materiais e/ou documentos, no todo ou em partes, editando ou não, bem como permitir a terceiros o acesso aos mesmos para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Quatro Pontes, 10 de Maio de 2013.



MARIA DECKER FRANCENER

DOADOR/CEDENTE

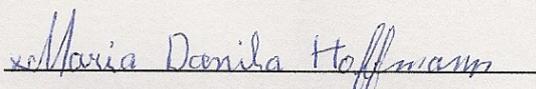
TERMO DE DOAÇÃO

Nome	MARIA DANILA HOFFMANN		
Endereço	RUA PELOTAS, 480		
Bairro	CENTRO	Cidade	QUATRO PONTES - PR
CEP	85.940-000	FONE	45-3279-1547

Declaro ceder ao pesquisador Ademir Luis Kinzler, RG: 7.365.452-7 sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, e pela propriedade, a **entrevista** a ser veiculada no trabalho acadêmico de dissertação de Mestrado em Geografia: Área de Concentração: Espaço de Fronteira: território e ambiente; Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon – Pr.

Consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais e acadêmicos, os mencionados materiais e/ou documentos, no todo ou em partes, editando ou não, bem como permitir a terceiros o acesso aos mesmos para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Quatro Pontes, 10 de Março de 2013.



MARIA DANILA HOFFMANN

DOADOR/CEDENTE

TERMO DE DOAÇÃO

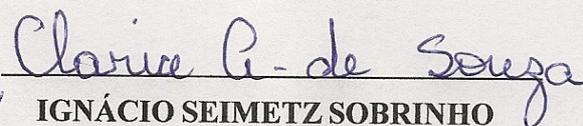
Nome	IGNÁCIO SEIMETZ SOBRINHO		
Endereço	AVENIDA SANTA MARIA, S/N		
Bairro	CENTRO	Cidade	QUATRO PONTES - PR
CEP	85.940-000	FONE	45-3279-1643

Declaro ceder ao pesquisador Ademir Luis Kinzler, RG: 7.365.452-7 sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, e pela propriedade, a **entrevista** a ser veiculada no trabalho acadêmico de dissertação de Mestrado em Geografia: Área de Concentração: Espaço de Fronteira: território e ambiente; Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon – Pr.

Consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais e acadêmicos, os mencionados materiais e/ou documentos, no todo ou em partes, editando ou não, bem como permitir a terceiros o acesso aos mesmos para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

OBS. Esta entrevista foi concedida a este pesquisador em 18 de Junho de 2005. Como o depoente já é falecido uma de suas filhas estará autorizando a utilização desta entrevista.

Quatro Pontes, 10 de Fevereiro de 2013.


 P/ **IGNÁCIO SEIMETZ SOBRINHO**
DOADOR/CEDENTE

TERMO DE DOAÇÃO

Nome	HILDA ECKSTEIN		
Endereço	RUA NELSON MINKS, 231		
Bairro	CENTRO	Cidade	QUATRO PONTES - PR
CEP	85.940-000	FONE	45-3279-1640

Declaro ceder ao pesquisador Ademir Luis Kinzler, RG: 7.365.452-7 sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, e pela propriedade, a **entrevista** a ser veiculada no trabalho acadêmico de dissertação de Mestrado em Geografia: Área de Concentração: Espaço de Fronteira: território e ambiente; Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon – Pr.

Conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais e acadêmicos, os mencionados materiais e/ou documentos, no todo ou em partes, editando ou não, bem como permitir a terceiros o acesso aos mesmos para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Quatro Pontes, 15 de Março de 2013.

Hilda M. Eckstein

HILDA SCKSTEIN

DOADOR/CEDENTE

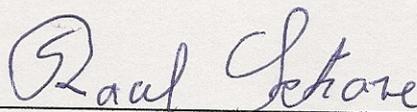
TERMO DE DOAÇÃO

Nome	RAUL SCHONE		
Endereço	RUA INDEPENDÊNCIA, 1754		
Bairro	CENTRO	Cidade	MAL CDO RONDON - PR
CEP	85.960-000	FONE	45-3254-4122

Declaro ceder ao pesquisador Ademir Luis Kinzler, RG: 7.365.452-7 sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, e pela propriedade, a **entrevista** a ser veiculada no trabalho acadêmico de dissertação de Mestrado em Geografia: Área de Concentração: Espaço de Fronteira: território e ambiente; Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon – Pr.

Consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais e acadêmicos, os mencionados materiais e/ou documentos, no todo ou em partes, editando ou não, bem como permitir a terceiros o acesso aos mesmos para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Marechal Candido Rondon, 10 de Fevereiro de 2013.



RAUL SCHONE

DOADOR/CEDENTE